

ALEXANDRA ESPERANÇA DA CUNHA PIMENTEL DE MEIRA

**EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO
UM ESTUDO DE INDICADORES EDUCACIONAIS PARA A FORMULAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

CURITIBA

2004

ALEXANDRA ESPERANÇA DA CUNHA PIMENTEL DE MEIRA

**EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO:
UM ESTUDO DE INDICADORES EDUCACIONAIS PARA A FORMULAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.º Demian Castro.

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO


ALEXANDRA ESPERANÇA DA CUNHA PIMENTEL DE MEIRA

EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO:

UM ESTUDO DE INDICADORES EDUCACIONAIS PARA A FORMULAÇÃO

DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Orientador: Prof. M. Demian Castro

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof.^a Angela Welters

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof.^a Fabiane Zoraia Tribess

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, 02 de dezembro de 2004.

Aos meus pais e irmão.

AGRADECIMENTOS

Esta monografia foi realizada com a idéia de que fosse o primeiro passo para a realização de um sonho. Um sonho composto por vários pensamentos e pessoas que me acompanharam ao longo dos quatro anos que estudei na UFPR.

Em primeiro lugar vou agradecer aos meus amigos, aqueles que estiveram cada minuto que precisei, ao meu lado, me dando força e me incentivando a buscar meus ideais. Ao “G8” por tornar esses quatro anos dentro da Federal muito divertidos e inesquecíveis. E a todo o pessoal do Movimento Empresa Júnior por dividir comigo também momentos essenciais para a minha formação neste período.

Aos meus amigos mais antigos, de perto e de longe, que me acompanharam seja dos três ou quinze anos de idade ou até que me conheceram durante o período da faculdade. Esses que dividiram comigo horas de conversa, só para passar o tempo comentando as coisas da vida ou construindo o sonho de um mundo melhor.

Ao Arte Geral, como projeto e como mais uma parte para a construção deste caminho. A todos que trabalham comigo e em especial aos alunos que me deram a inspiração para seguir este rumo.

À minha família, vó, vó, tios, tias e primas que também completam a minha vida até hoje com muitos conselhos valiosos, com muito amor e atenção.

Ao Léo, por ter me acompanhado, com muita paciência, dos melhores momentos aos mais difíceis, e do seu jeito estar sempre presente. Por ter completado meus pensamentos sem eu mesmo perceber e por ter construído, junto comigo, todo o propósito da nossa vida.

Ao meu irmão, que apesar de mais novo, conseguiu me ensinar como é valioso o companheirismo e a importância de demonstrar nosso carinho para o outro.

Ao meu pai, que em grande parte me inspirou para ser quem eu sou hoje. Por ter cobrado, ensinado e compartilhado tudo de bom e mais especial que existe na formação de uma personalidade.

E por fim à minha mãe que hoje não está mais aqui, mas que eu sinto que me acompanha a cada passo que dou. Que me ensinou as coisas mais importantes da vida: a amizade, a honestidade, a sinceridade e o amor.

A todos vocês meu eterno carinho e agradecimento.

**Assim que você pensar que sabe como
são realmente as coisas, descubra
outra maneira de olhar para elas.**

Sociedade dos Poetas Mortos

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
RESUMO	xii
INTRODUÇÃO	12
EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO	14
CARACTERIZAÇÃO DO BRASIL E DE CURITIBA NO ÂMBITO EDUCACIONAL	21
2.1 UM PANORAMA DAS TAXAS EDUCACIONAIS DO BRASIL E DE CURITIBA.....	21
2.2 CURITIBA - ESTUDO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS 1991 – 2000.	21
2.2.1 Atuação de Curitiba no Ensino Infantil.....	27
2.2.2 Atuação de Curitiba no Ensino Fundamental.....	29
DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DOS BAIROS TATUQUARA E SÍTIO CERCADO	36
3.1 POPULAÇÃO	37
3.2 RENDA.....	40
3.3 REDE FÍSICA.....	41
3.3.1 Escolas.....	41
3.3.2 CMEI - Centros Municipais de Educação Infantil.....	43
3.4 TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51

LISTA DE TABELAS

TABELA 2.1 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DO DOMICÍLIO, EM CURITIBA – 1991,1996 E 2000....	25
TABELA 2.2 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO – BRASIL E REGIÕES – 1996.....	26
TABELA 2.3 – MATRÍCULA INICIAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, POR TIPO DE ATENDIMENTO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EM CURITIBA – 2001.....	28
TABELA 2.4 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ – 1996 – 2000.....	31
TABELA 3.1 – POPULAÇÃO TOTAL DE CURITIBA, TATUQUARA E SÍTIO CERCADO E AS REPRESENTATIVIDADES DOS BAIRROS – 1991 – 1996 – 2000.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1 – TAXAS DE ANALFABETISMO EM CURITIBA – 1980 – 2000.....	23
GRÁFICO 2.2 – MÉDIA DE ESCOLARIDADE - BRASIL E REGIÕES – 1996.....	24
GRÁFICO 2.3 - EVOLUÇÃO DA REDE DE CRECHES MUNICIPAIS, POR ANO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO EM CURITIBA - 1997 A 2003.....	28
GRÁFICO 2.4 – EVOLUÇÃO DO Nº DE MATRÍCULAS NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – CURITIBA – 1997-2000.....	29
GRÁFICO 2.5 – NÚMERO DE ESCOLAS MUNICIPAIS, CURITIBA, 1963 – 2004.....	30
GRÁFICO 2.6 – TAXAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EM CURITIBA – 2000.....	32
GRÁFICO 2.7 – TAXAS DE REPROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, EM CURITIBA – 1995 – 2000.....	33
GRÁFICO 2.8 – TAXAS DE ABANDONO NO ENSINO FUNDAMENTAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – EM CURITIBA – 1995 – 2000.....	33
GRÁFICO 3.1 – POPULAÇÃO DE 0 A 14 ANOS DOS TATUQUARA – 1991 – 1996 – 2000....	38
GRÁFICO 3.2 – POPULAÇÃO DE 0 A 14 ANOS DOS TATUQUARA – 1991 – 1996 – 2000....	39
GRÁFICO 3.3 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DE RENDA DE CURITIBA, TATUQUARA E SÍTIO CERCADO – 1991 – 2000.....	40
GRÁFICO 3.4 – NÚMERO DE ESCOLAS NO BAIRRO DO TATUQUARA – 1980 – 2004.....	41
GRÁFICO 3.5 - NÚMERO DE ESCOLAS NO BAIRRO DO SÍTIO CERCADO – 1974 – 2004.....	42
GRÁFICO 3.6 –NÚMERO DE MATRÍCULAS – TATUQUARA, SÍTIO CERCADO – 1996 – 2004.....	43
GRÁFICO 3.7 – NÚMERO DE CMEIS NO TATUQUARA – 1985 - 2004	43
GRÁFICO 3.8 – NÚMERO DE CMEIS NO SÍTIO CERCADO – 1986 - 2004	44
GRÁFICO 3.9 - NÚMERO DE MATRÍCULAS – TATUQUARA, SÍTIO CERCADO – 1996 – 2004.....	44
GRÁFICO 3.10 – TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR – APROVAÇÃO.....	45
GRÁFICO 3.11 – TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR – REPROVAÇÃO - TATUQUARA, SÍTIO CERCADO – 1997 – 2003.....	46

GRÁFICO 3.12 – TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR – ABANDONO – TATUQUARA, SÍTIO CERCADO – 1997 – 2003.....	47
---	----

RESUMO

A presente monografia parte do princípio de que a educação é um fator gerador de renda e de desenvolvimento. Sendo assim na primeira parte são apresentadas duas formas pelas quais a educação é caracterizada como necessidade para o desenvolvimento econômico e humano. O primeiro é um modelo desenvolvido por diversos economistas que utilizam o conceito Capital Humano explicando-o como um aperfeiçoamento da capacidade e das habilidades do indivíduo, através da educação, para uma melhor adaptação à tecnologia e conseqüente aumento da produtividade. O segundo defende a educação como fator essencial para a formação de cidadãos. Pessoas aptas a entender, exercer e cumprir seus direitos e deveres e participarem efetivamente da sociedade em que vivem. A segunda parte caracteriza o ensino público do Brasil e de Curitiba identificando a evolução dos indicadores educacionais nos últimos anos. E finalmente na terceira parte são apresentados dois bairros da capital e também seus indicadores e suas evoluções para em um próximo trabalho serem utilizados para a formulação de políticas públicas. Como resultado final, foram levantadas algumas possibilidades que dificultariam a criação de programas efetivos pela forma que os indicadores são levantados, calculados e apresentados.

Palavras Chave: Educação, Desenvolvimento, Políticas Públicas,

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge como uma pré-análise da situação educacional de alguns bairros de Curitiba com a intenção de que esta explanação venha a ser base para a formulação de políticas educacionais e para o desenvolvimento para próximos trabalhos.

A primeira parte trará uma breve introdução do que tem sido discutido, em âmbito mundial, sobre a correlação entre educação e desenvolvimento econômico, trazendo como embasamento teórico o autor Eduardo Kliksberg; e um recente artigo canadense publicado por COLUMBE, TREMBLAY e MARCHAND. Estas duas fontes trazem à tona uma discussão que, apesar de ser claramente defendida, até então não se tinha conseguido provar através de dados empíricos: a educação gera desenvolvimento econômico?

Acreditando neste fator do desenvolvimento, esta monografia segue dividida em mais duas partes. Serão apresentadas as evoluções de algumas taxas relativas à educação do município de Curitiba como: taxas de analfabetismo, distorção idade-série, reprovação e abandono. Serão feitas algumas comparações com relação à evolução brasileira para os mesmo números, e como a capital paranaense se apresentou diante destes valores. Todos os dados foram retirados dos Censos Demográficos da Contagem da População e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, dos anos 1991, 1996 e 2000 e também dos relatórios Qualidade de Vida de Curitiba elaborados pelo IPPUC.

Por fim serão apresentadas, mais detalhadamente, as taxas referentes à educação, e sua evolução em um período de 7 anos (1996 – 2003) de dois bairros de Curitiba. A intenção é apontar as variações dos indicadores educacionais e principais características dos bairros. Os bairros escolhidos apresentam população com renda mediana de até três salários mínimos (renda usada como base para o atendimento das famílias pelas políticas públicas). Além disso, a localização dos bairros, seu crescimento populacional e sua proximidade influenciaram na escolha, assim como as sugestões da equipe de trabalho da Secretaria Municipal da Educação (SME).

Esta caracterização dos bairros tem como intenção ser o primeiro passo de levantamento de dados a serem analisados para uma subsequente formulação de políticas públicas. Para que estas sejam elaboradas de maneira que supram as necessidades de uma determinada região é necessário primeiro “desenhar” a situação social em que este local se encontra. É importante aqui lembrar que as informações coletadas devem ser válidas e devem traduzir efetivamente a realidade do ambiente analisado para que os programas criados tragam os resultados esperados.

1. EDUCAÇÃO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

A discussão entre educação e desenvolvimento é tema para anos de pesquisa e questionamentos. Como forma de justificar e defender a causa pela qual a educação seja necessária para o desenvolvimento e crescimento econômico de um país, como já mencionado, foram usadas algumas publicações e artigos que defendem e se posicionam a favor deste argumento.

Há anos procura-se provar através de modelos empíricos o fato de que um indivíduo com mais anos de escolaridade, por consequência, tem um nível maior de renda do que um indivíduo com um número de anos inferior. Segundo KLIKSBURG (2002, p.54):

Numa análise da situação em quinze países da região (BID, 1998), verificou-se que os chefes de famílias dos 10% mais ricos da população têm 11,3 anos de educação, quase sete anos a mais que os chefes de família dos 30% mais pobres. Estas amplas distâncias médias são ainda maiores no México, onde a diferença entre uns e outros é de nove anos, e no Brasil, Panamá e El Salvador, onde é de oito a nove anos.

Podem-se colocar duas formas pelas quais a educação se torna um fator para desenvolvimento. Estas formas são tratadas por diferentes autores que de acordo com seus estudos modelam seus argumentos. Estas duas linhas escolhidas para defender a educação neste trabalho são: a de formação de capital humano e a de que a educação é um instrumento para o desenvolvimento de cidadania. Tanto um quanto o outro tem como base a escolaridade de um indivíduo, seu aprofundamento e aperfeiçoamento, seja somente considerando o ensino básico como tal, ou também uma qualificação específica. Mais um extrato de um texto reafirma este modelo. Este artigo, “Distribuição da educação e da renda: o círculo vicioso da desigualdade na América Latina”, publicado no livro Economia Social no Brasil, é apresentado em torno de uma equação econométrica que prova a relação entre as duas variáveis: educação e renda.

Um aspecto imprescindível no estudo da distribuição de renda é a constatação de ser a renda média de um grupo populacional uma função de sua escolaridade média. Sejam grupos formados por pessoas com renda semelhante – decis da distribuição, por exemplo – ou aquelas que reúnem pessoas de uma mesma região de um país, constata-se, quase sempre, forte

associação positiva entre a renda média e educação média desses grupos. (DOWBOR; KILSZTAJN, 2001, p.182)

Seguindo esta linha de pensamento outro documento publicado entra neste contexto afirmando que ainda não se conseguiu provar, com certeza, em todos os países, através dos estudos realizados, que a educação efetivamente faz com que a renda aumente. Os autores então sugerem e comprovam que a geração de capital humano influi para o crescimento econômico. Este artigo foi publicado por COLUMBE, TREMBLAY e MARCHAND. Eles usam como base o modelo de Solow com capital humano para defender a correlação deste fator com o crescimento econômico.

Segundo JONES (2000, p.44) pode-se propor o modelo de SOLOW para explicar o fator crescimento através da “combinação capital físico, K, e de trabalho qualificado, H, de acordo com uma função Cobb-Douglas com retornos constantes (...)”. Seu modelo foi melhorado, tendo a inclusão do capital humano, pois se percebeu diferença de qualificação de mão-de-obra em diversos países. Esta “alteração” foi realizada por três autores: MANKIW, ROMER e WEIL, também citados no documento canadense complementando a equação de crescimento apresentada por SOLOW.

Antes de defender este modelo é necessário que se tenha claro o conceito de capital humano. Nas palavras do SCATOLIN (não publicado), o capital humano é “(...) os investimentos produtivos materializado [sic] no ser humano. Incluem as habilidades, técnicas, e saúde gastos na educação no treinamento da população e no tratamento da saúde”.

Como reflexo de uma sociedade hoje caracterizada pela produtividade. o homem se toma um recurso que pode ser desenvolvido e habilitado a produzir mais e em menos tempo através de treinamentos. Ele pode então ser chamado de “capital”. se torna um objeto de produção e geração de lucro. A educação, neste sentido, é uma das ferramentas que possibilita a capacitação desta pessoa para que se torne apta a desenvolver melhor suas atividades.

O documento canadense, já citado, afirma este argumento como demonstra o trecho abaixo:

The central result of the paper is that direct measures of human capital bases on literacy scores outperform measures based on years of schooling in growth regressions. The results indicate that, overall, human capital indicators based on literacy scores have a positive and significant effect on the transitory growth path, and on the long run levels of GDP per capita and labour productivity. (COLUMBE, TREMBLAY e MARCHAND, 2004 p.9)

Dentro do contexto o Brasil é um dos países que vem se preocupando e se colocando à frente deste tema voltando esforços para a melhoria do desenvolvimento da sua população. Tal é o grau de preocupação não só nacional, mas também mundial, que se levantaram, ao longo das últimas décadas, metas mundiais para o desenvolvimento. Abaixo o texto indica o segundo objetivo definido pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) com referência à educação:

Objetivo 2 - Atingir o ensino básico universal: Cento e treze milhões de crianças estão fora da escola no mundo. Mas há exemplos viáveis de que é possível diminuir o problema — como na Índia, que se comprometeu a ter 95% das crianças freqüentando a escola já em 2005. A partir da matrícula dessas crianças ainda poderá levar algum tempo para aumentar o número de alunos que completam o ciclo básico, mas o resultado serão adultos alfabetizados e capazes de contribuir para a sociedade como cidadãos e profissionais. (PNUD, 2004)

As metas dizem respeito aos seguintes temas: universalização do ensino primário, qualidade da educação, redução de 50% da taxa de analfabetismo entre adultos, direito de estudantes de ambos os sexos terem acesso à educação, expansão da educação infantil e oportunidades aprimoradas para a educação de jovens e adultos. (Folha de São Paulo, 2004)

Estas metas estão sendo seguidas de forma a universalizar o ensino básico no país. Com um atendimento mais amplo e novas características do ensino, como descrito na Lei de Diretrizes e Base (LDB), esforços são voltados para que estes objetivos sejam atingidos. Algumas destas características são: um maior número de horas/aula, algumas formas de combater a repetência e a defasagem idade-série e ainda outros métodos de avaliação. A passagem abaixo reforça a atenção que deve ser dada aos fatores causadores do atraso no ensino, na América Latina principalmente, lembrando que estes serão mais bem descritos nos capítulos 2 e 3.

Mas tudo isso é uma parte do panorama educacional. A outra parte que preocupa profundamente nos meios educacionais da região está relacionada aos sérios problemas enfrentados quanto à evasão, repetência e qualidade da educação.

No que se refere à evasão, a grande maioria das crianças em idade escolar iniciam o ensino fundamental, porém, segundo estimativas, menos da metade o concluem.

A repetência é um grande problema na América Latina. O Banco Mundial (1995) ressaltou “o alto nível de repetência, um dos mais altos do mundo em desenvolvimento”. Jeffrey Puryear (1997) estima que um aluno médio da região permanece cerca de sete anos no ensino fundamental para conseguir concluir apenas quatro anos. Essa média surge do grande número de repetência. Cerca da metade dos alunos repetem no primeiro ano e a taxa de repetência média é de 30% em cada ano de estudo. (KLIKSBURG, 2002, p.51)

Em GARCIA 2001 este ponto de criação e melhoria das políticas ligadas à educação, para que se vejam novos resultados, é comentado e reforçado como de extrema importância para a ampliação do atendimento e qualidade do ensino no país.

Sem dúvida alguma, a dinâmica de crescimento da escolaridade e de sua distribuição está estreitamente associada à política pública de educação, ou seja, à distribuição de subsídios educacionais. Políticas que ampliem a oferta de mão-de-obra de maior qualificação, ao mesmo tempo em que promovam uma distribuição menos desigual da educação, são capazes de tornar a distribuição de renda mais igualitária ao longo do tempo. Nesse sentido, a manutenção da desigualdade de renda pode ser fruto de políticas de educação que mantêm desigual a distribuição de educação. (DOWBOR; KILSZTAJN, 2001, p.187)

A LDB diz que é obrigação do Estado e da família o acesso à educação sendo que o ensino fundamental deve ser necessariamente oferecido pelo Estado, sendo ele gratuito e obrigatório. O Relatório de Qualidade de Vida do IPPUC traz o trecho da LDB em que são descritas as responsabilidades citadas acima.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) Nº 9.394-96 – destinada a regulamentar a estrutura e o funcionamento dos sistemas de ensino do País – “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (IPPUC, 2001, p.167)

Não é a intenção aqui descrever e avaliar a maneira com que a família complementa a educação, e sim restringir a pesquisa e estudo às atividades referentes ao Estado, em especial do ensino pré-escolar e fundamental. Frente à esta afirmação, sua representatividade e papel perante às políticas direcionadas à educação devem ser tratadas com comprometimento não apenas para a capacitação para o mercado de trabalho, mas também para a formação de cidadãos.

Questiona-se aqui então uma nova contextualização do ensino como fator de desenvolvimento, a educação geradora de indivíduos capazes de entender, gozar e cumprir dos direitos e deveres estabelecidos pela sociedade. Pela definição do Novo Dicionário Aurélio a definição de educação é exatamente neste sentido. Abaixo estão relacionadas três dos nove significados trazidos por ele:

1 Ato ou efeito de educar (-se).

2 Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social: educação da juventude; educação de adultos; educação de excepcionais. (...)

6 Aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas.

7 Conhecimento e prática dos usos da sociedade, civilidade, delicadeza, polidez, cortesia. (FERREIRA, 1986, pg. 619)

Desta forma a escola também tem o papel de transformar seus alunos em pessoas capazes de entender a sociedade em que vivem. As aulas não se tornam simplesmente um momento de transmissão de informações teóricas sem que junto se tenha a intenção de que estas crianças e adolescentes levem consigo um aprendizado para o resto da vida. A cultura deve-se tornar parte do ensino envolvendo atividades, principalmente em escolas da periferia, que resgatem e desenvolvam o civismo nos alunos.

O maior problema gira em torno das escolas situadas nos bairros com médias de renda mais baixas onde toda a infra-estrutura social é carente e a população sofre com a falta das necessidades mais básicas. O saneamento, água canalizada, posto de saúde com equipamentos adequados, habitação apropriada, entre outros, prejudicam o desenvolvimento da população local. A escola tem papel fundamental no desenvolvimento das crianças destas regiões exatamente porque o ambiente em que elas vivem não apresenta condições saudáveis para seu crescimento.

O parágrafo extraído do documento do Banco Mundial sobre políticas públicas para educação demonstra claramente a importância do que foi descrito nos parágrafos acima.

Oportunidades de educação desiguais reforçam resultados também desiguais. O acesso da população ao ensino público reflete os padrões residenciais da desigualdade econômica, de forma que as piores escolas estão situadas nos bairros onde moram as famílias mais carentes. Em consequência, é às crianças mais pobres, em particular, que são negadas as oportunidades

educacionais básicas. A privação contínua dessas experiências de aprendizado acarreta os efeitos agravantes dos déficits educacionais, de maneira que as crianças pobres tornam-se adultos que quase não dispõem de oportunidades para escapar ao ciclo de pobreza. (HORN, 2002, p. 9)

Além disso outro fator importante, e muito comentado ultimamente, é da necessidade de se incentivar a criança a iniciar seus estudos o mais cedo possível. Estudos realizados mostram que o rendimento de alunos que começaram a freqüentar a escola mais cedo foi melhor do que os que iniciaram somente na 1ª série do ensino fundamental.

“No Brasil, pesquisas concluíram que uma intervenção precoce na escolarização de crianças de quatro a seis anos pode diminuir a repetência e melhorar as suas chances para atingir níveis mais elevados de aprendizado e, assim, conseguir obter uma renda mais alta quando inseridas no mercado de trabalho. Os retornos para esses investimentos são estimados em 12 a 15%” (HORN, 2002, p. 10).

Ainda assim, “os esforços convencionais não são em geral acompanhados de políticas e programas eficazes que assegurem a exploração de novas oportunidades pelas famílias pobres. Quanto mais desigual for a sociedade, mais lógico será que o Estado incentive ou subsidie programas de intervenção no apoio às crianças menores” (HORN, 2002, p. 11).

Reforçando esta responsabilidade do Estado, principalmente em regiões mais pobres, como locais na periferia dos municípios, onde, as escolas são em sua grande maioria municipais e estaduais é interessante analisar esta afirmação de SCATOLIN (não publicado), “o retorno do investimento em educação é maior em países em desenvolvimento do que em países desenvolvidos e decrescente com o nível de escolaridade”. Desta forma pode-se transferir este trecho para casos onde a região em desenvolvimento, não necessariamente são países, mas sim microrregiões, e desta forma os resultados se tornam mais efetivos quando aplicadas políticas de melhoria.

A maneira com que se pode reverter o quadro apresentado pelo sistema de ensino hoje é a criação de programas adequados à realidade da região. Para que as políticas sejam efetivas, em primeiro lugar, devem ser analisados os indicadores do determinado objeto de estudo e sua evolução para que se identifiquem as

características de desenvolvimento, ou não, destes pontos. Em segundo lugar, os motivos que geraram a variação durante a evolução devem ser levantados para que se saiba quais políticas foram eficientes e apresentaram resultado e quais não geraram retornos positivos no local estudado.

Em seguida este trabalho trás um panorama geral do Brasil e de Curitiba apresentando as taxas referentes aos indicadores de educação levantados nos censos de 1991, 1996 e 2000. Esta caracterização das regiões como: o levantamento do número de habitantes e as faixas etárias, a renda mediana da população, a rede física escolar e as taxas de rendimento dos alunos demonstra e dimensiona as carências locais. De forma que se a idade da população local estiver acima da idade escolar, mas ao mesmo tempo o índice de analfabetismo for alto, deverão ser desenvolvidos programas de alfabetização de adultos. Se a região apresenta renda mediana baixa e população em idade escolar, o ensino deve ser prestado pelo município e estado e não por instituições particulares e assim por diante.

A falta de avaliação destas regiões e um estudo dirigido e específico dificultam ao governo a implementação de políticas que realmente condigam com a realidade e que efetivamente ocasionem mudanças significativas na qualidade de vida dos moradores locais.

CAPÍTULO II: CARACTERIZAÇÃO DO BRASIL E DE CURITIBA NO ÂMBITO EDUCACIONAL

2.1 UM PANORAMA DAS TAXAS EDUCACIONAIS DO BRASIL E DE CURITIBA

Tomando como partida a discussão tratada no capítulo anterior, este trabalho segue, então, sua análise sobre questões educacionais em Curitiba. A intenção é fazer um estudo da evolução dos índices levantados nos censos demográficos de 1991, 1996 e 2000 para traçar um panorama do desenvolvimento da educação na cidade. Os dados estudados são referentes ao analfabetismo, nível de escolaridade do chefe da família e distorção idade/série¹. Complementarmente, como responsabilidade do município, serão apresentadas as características referentes ao ensino de 0 a 6 anos de idade e 7 a 14 anos de idade.

Ainda terá como base comparativa os indicadores apresentados para o mesmo período no Brasil para que assim se tenha mais claro em que condições Curitiba está evoluindo com relação à média brasileira.

2.2 CURITIBA - ESTUDO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS 1991 – 2000

Curitiba no cenário nacional apresenta-se bem posicionada no ranking de indicadores educacionais. A evolução dos números reflete um bom desempenho das políticas e uma boa perspectiva para a eliminação do analfabetismo nos próximos treze anos, levando em consideração que a população mais idosa submeta-se aos processos educacionais.

Existem duas questões que podem ser abordadas sobre a educação. Uma delas diz respeito à amplitude do atendimento, ou seja, o número de pessoas atendidas pelo sistema de ensino; e a outra faz referência à qualidade do ensino, isto é, qual a capacitação dos alunos que saem de uma escola. Neste trabalho, serão focados

¹ Representa os alunos que estudam em séries que não correspondem às indicadas para sua idade cronológica – IPPUC 2003

somente os números, ou seja, à questão quantitativa, não se prendendo em questões qualitativas, pois dizem respeito, basicamente, aos projetos pedagógicos de cada escola.

Para perceber a dificuldade de avaliar a qualidade do ensino, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) N° 9.394-96 diz que apesar da escola ter que seguir algumas regras, ela tem a liberdade de definir seu próprio currículo e o município tem a possibilidade de criar seu próprio modelo de ensino ou enquadrar-se ao modelo nacional. Dessa forma, criam-se diferentes modelos pedagógicos e políticas distintas de uma região para outra ou até mesmo de uma escola para outra, criando-se então a falta de homogeneidade entre as unidades.

“Essa Lei define normas e procedimentos que afetam todos os níveis do sistema educacional e apresenta alterações como: aumento de carga horária do ensino básico; adoção de critérios mais maleáveis na avaliação do aproveitamento escolar, introdução de instrumentos para combater a repetência, a defasagem escolar e a flexibilização pedagógica”.(IPPUC, 2003, p.3)

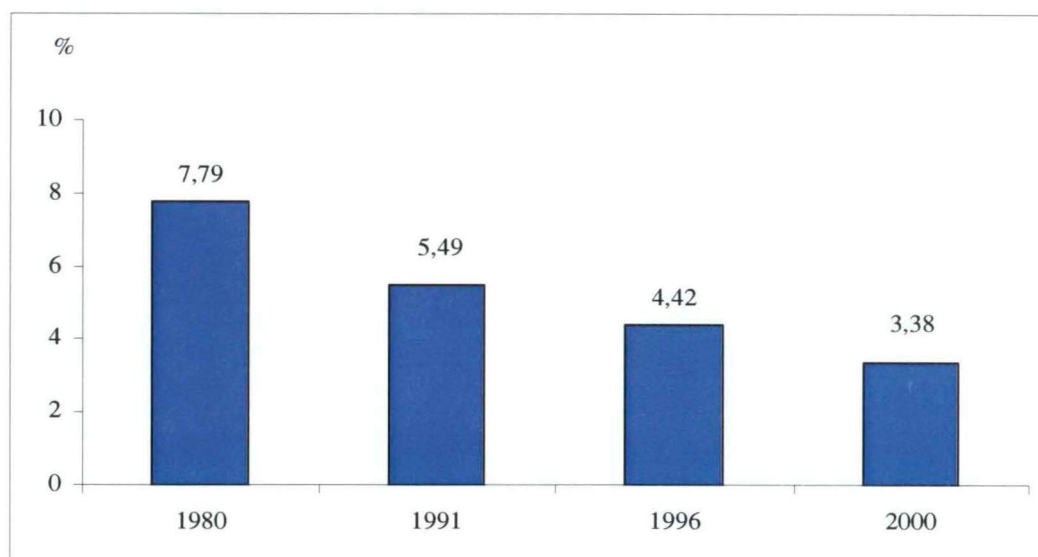
Seguindo para os dados referentes aos censos já mencionados, o primeiro tópico estudado será o analfabetismo. Com as políticas mundiais de erradicação do analfabetismo, o Brasil vem superando seus dados percentuais a cada ano. Em 1991 a taxa era de 21,1% tendo caído para 14,7% em 1996 o que equivale dizer que reduziu mais de 6 pontos percentuais em 5 anos. Ainda assim, são 15,5 milhões de pessoas analfabetas em todo o país, estando atrás somente da Bolívia, entre todos os países da América Latina.

Curitiba, neste mesmo período, apresentou-se entre os menores índices de analfabetismo do país, tendo somente 5,5% de sua população analfabeta em 1991 evoluindo para 3,38% em 2000. Apesar destes bons números, a taxa de analfabetismo funcional² não foi tão significativa, sendo ela de 9,92%, superior aos índices de Florianópolis e Porto Alegre (7,98% e 8,39% respectivamente). Os piores índices do

² A taxa de analfabetismo funcional representa a porcentagem da população de 15 anos ou mais de idade, que tem entre 01 e 04 anos de estudo e, portanto, tem menos condições de continuar aprendendo, autonomamente. – IPPUC 2003

país foram os de Teresina (16,09%) e Rio Branco (16,02%). O gráfico abaixo mostra a evolução da taxa de analfabetismo ao longo das últimas duas décadas, provando a grande melhoria, além de evidenciar que falta pouco para a completa erradicação.

GRÁFICO 2.1 – TAXAS DE ANALFABETISMO EM CURITIBA – 1980 – 2000



FONTE: IBGE - Censos Demográficos -1991 e 2000 Contagem da População – 1996

ELABORAÇÃO: IPPUC - Setor Socioeconômico – 2002

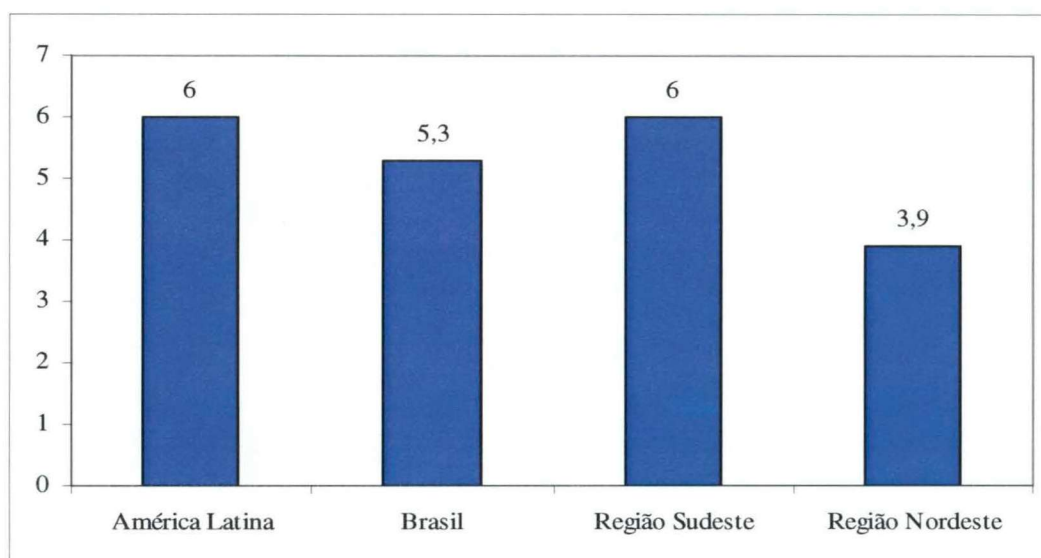
De acordo com o relatório de Qualidade de Vida, elaborado pelo IPPUC, a principal causa pelo aumento da taxa de analfabetismo, ao longo da década de 80, foi pela mudança do modelo de industrialização ocorrida. De um modelo de “... tarefas fragmentadas, simplificadas, que não demandavam escolaridade formal em níveis elevados...” (IPPUC, 2001, p.169) a industrialização acelerada demandou o contrário. Substituiu estas tarefas simples por tecnologia e abriu espaço somente para aqueles com uma educação um pouco mais avançada.

Além da demanda por uma maior escolaridade, as taxas de desemprego se tornaram elevadas e o trabalho informal aumentou em grandes proporções.

O Brasil não acompanhou a entrada da tecnologia no mercado, de grosso modo, sob os efeitos da globalização, o ritmo desacelerado do desenvolvimento socioeconômico contribuiu para a piora dos indicadores sociais.

O gráfico 2.2 mostra a média de anos de escolaridade de um brasileiro em comparação com a média latino americana e de duas regiões do país. O Brasil apresenta uma média de 5,3 anos de estudo, enquanto a média da América Latina é de 6 anos de estudo. Já o nordeste brasileiro apresenta-se muito abaixo, com apenas 3,9 anos de estudo, sendo este um caso de contribuição para a baixa taxa analfabetismo do país.

GRÁFICO 2.2 – MÉDIA DE ESCOLARIDADE - BRASIL E REGIÕES – 1996



FONTE: IPPUC

Dentro deste mesmo contexto foi avaliada a importância da escolaridade do chefe da família sendo ela de forte influência para a educação das crianças residentes na mesma casa. Constatou-se que quanto mais baixos os níveis escolares, menores também seriam os rendimentos e assim menos incentivos aos filhos a frequentarem e permanecerem na escola.³ Isto reforça a idéia inicial de que a educação gera renda e que este fato gera um círculo vicioso, ou seja, a partir do momento em que o pai, ou responsável, tem uma melhor educação, ele irá obter rendimentos superiores e, assim, dará mais importância e valor ao aprendizado e ao desenvolvimento dos seus filhos.

³ Ver Qualidade de Vida de Curitiba, IPPUC, 2001.

“Níveis educacionais mais elevados possibilitam uma melhor mobilidade ocupacional, maior rendimento e afetam a forma de ser política e cultural do indivíduo, tornando-se relevante avaliar os níveis de escolaridade da população brasileira economicamente ativa, bem como dos chefes de domicílios particulares permanentes de Curitiba” (IPPUC, 2001, p.169).

O Brasil tinha, em 1996, 48,9% da sua população com menos de 8 anos de estudo, ou seja, pessoas que não chegaram a completar o ensino fundamental. Já Curitiba, em 2000, apresentava 44,7% da sua população com mais de 11 anos de estudo - mais de duas vezes o percentual do Brasil para o mesmo tempo. Além disso, Curitiba ainda apresentava apenas 4,1% da sua população sem instrução ou com menos de um ano de estudo, enquanto o Brasil apresentava 16,1%. Nessa capital, a média de anos de estudo de uma pessoa vai além dos 8 anos, podendo-se concluir que a maior parte dos habitantes termina o ensino fundamental.

Abaixo, a tabela 2.1 demonstra a evolução dos níveis de escolaridade dos chefes de domicílio ao longo dos anos de 1991 e 2000. Pode-se afirmar que há uma queda no número de pessoas com baixa escolaridade e, conseqüentemente, um aumento no percentual de pessoas com escolaridade acima dos oito anos.

TABELA 2.1 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO DO CHEFE DO DOMICÍLIO, EM CURITIBA – 1991,1996 E 2000

Anos de Estudo	1991	1996	2000
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	6,55%	4,96%	4,10%
1 a 3 anos de estudo	12,98%	11,20%	9,90%
4 a 7 anos de estudo	29,17%	27,94%	24,90%
8 a 10 anos de estudo	14,58%	15,47%	15,90%
11 anos ou mais	36,72%	40,43%	44,70%

FONTE: IPPUC

Em seguida, é interessante também identificar a população, com idade escolar, que efetivamente está matriculada em alguma rede de ensino. Adiantando a análise, certificar-se-á se esta mesma população está corretamente enquadrada na série equivalente à idade.

Em Curitiba, 55,48% das crianças, entre 4 e 6 anos, estão freqüentando a escola assim como 95,26% das crianças entre 7 e 14 anos, e apenas 14,72% da faixa etária acima de 15 anos está devidamente matriculada. Neste caso, verifica-se um grave problema de abandono na etapa do ensino médio⁴.

Para representar este problema, foi criada a taxa de distorção idade/série, que demonstra o percentual da população matriculada que não está no ano correspondente à idade. Abaixo, a tabela 2.2 indica as taxas do Brasil e regiões para que, assim, se possa ter uma base comparativa.

TABELA 2.2 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO – BRASIL E REGIÕES – 1996

Unidade de Federação	Ensino Fundamental Total %	Ensino Médio Total %
Brasil	47,0	55,2
Norte	62,3	74,8
Nordeste	65,7	69,6
Sudeste	34,8	50,0
Sul	27,2	41,4
Centro-oeste	47,1	58,9

FONTE: IPPUC

Pode-se perceber que a Região Sul se destaca tanto na taxa referente ao ensino fundamental quanto a referente ao ensino médio. O ensino médio, em todas as regiões, apresenta uma defasagem idade/série muito superior ao do ensino fundamental. Somente a região Nordeste tem pontos percentuais não muito distantes, na ordem de 4 unidades, e a sua defasagem do ensino médio ainda é inferior ao da Região Norte, em mais de 5 pontos percentuais.

Nesta mesma época (1996), a taxa de distorção idade/série do ensino fundamental de Curitiba era de 49,07%, 2 pontos mais alta que a média brasileira. Ao contrário, a taxa para o ensino média era inferior à média brasileira sendo ela de 35,07%.

⁴ Dados Qualidade de Vida de Curitiba, IPPUC, 2003.

2.2.1 Atuação de Curitiba no Ensino Infantil

O atendimento infantil no município de Curitiba tem sido ampliado nos últimos anos. Tem se dado especial atenção para a faixa etária de 0 a 6 anos por causa dos estudos realizados ultimamente. A citação abaixo explica o motivo.

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade” (IPPUC, 2003, p.17).

O ensino infantil, de responsabilidade municipal, está dividido entre creches e pré-escolas. O público atendido tem idade entre 0 e 6 anos e a idéia principal é a de iniciar a educação escolar desde muito cedo, para que, assim, a criança, quando entrasse na 1^o série, já estivesse familiarizada com os instrumentos da educação.

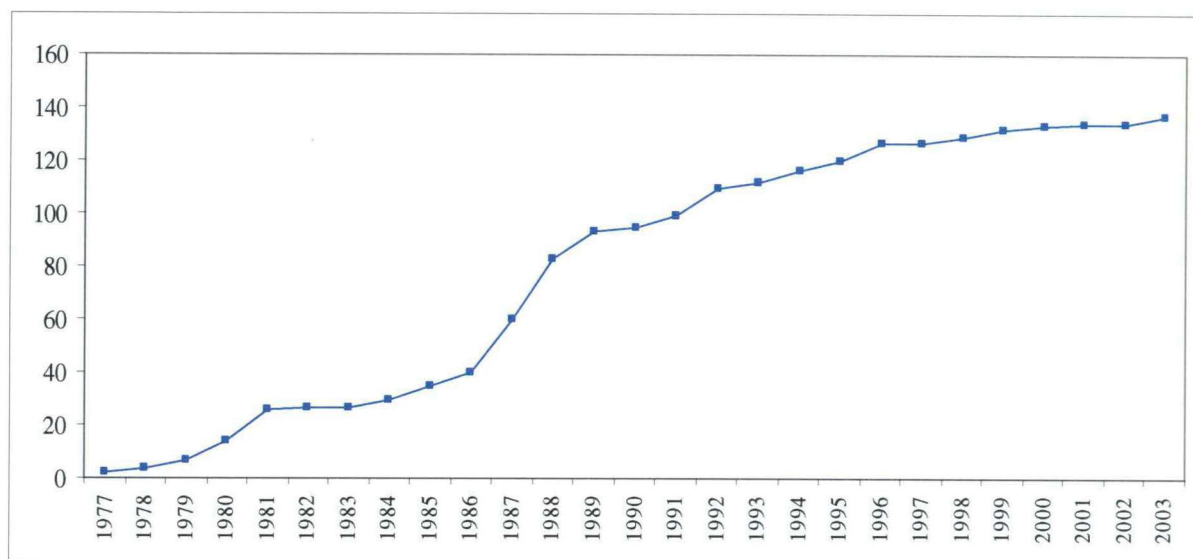
Um outro fator, inclusive de mudança na organização familiar, é o de que com a inserção da mulher ativamente no mercado de trabalho e a necessidade dela contribuir no orçamento familiar, surgiu a necessidade de um local apropriado para que os filhos pudessem permanecer.

Em Curitiba existem as creches oficiais, de responsabilidade integral do município, e as conveniadas, que são particulares, mas recebem orçamento da prefeitura para seu funcionamento.

Em 1977, foram montadas as primeiras creches na cidade. Desde então elas se multiplicaram por todos os bairros da cidade em especial os mais marginalizados e localizados na periferia.

O gráfico 2.3 mostra a evolução desde a primeira creche criada até 2003 em um total de 137 construções.

GRÁFICO 2.3 - EVOLUÇÃO DA REDE DE CRECHES MUNICIPAIS, POR ANO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO EM CURITIBA - 1997 A 2003



FONTE: IPPUC

Como continuidade do Plano de Desfavelamento, e para incentivo da matrícula e permanência das crianças nas creches, as famílias com renda de até 3 salários mínimos, foram atendidas por políticas educacionais direcionadas.

O Programa Vale-Creche, iniciado no final da década de 80 e início da década de 90 foi uma das políticas dentro de um plano maior: “Programa Creche em Curitiba”.

Tabela 2.3 – Matrícula Inicial de Educação Infantil, por tipo de atendimento e Dependência Administrativa em Curitiba – 2001

Dep Administrativa	Número Total de Matrículas					
	Creche 0 a 3 anos	%	Pré-escola 4 a 6 anos	%	Total 0 a 6 anos	%
Municipal	8.643	57,0	17.538	48,5	26.181	51,0
Estadual	6	0,0	2.450	6,8	2.456	4,8
Particular	6.409	42,3	16.054	44,4	22.463	43,8
Federal	104	0,7	124	0,3	228	0,4
Total	15.162	100,0	36.166	100,0	51.328	100,0

FONTE: Fundepar- Censo Escolar 2000

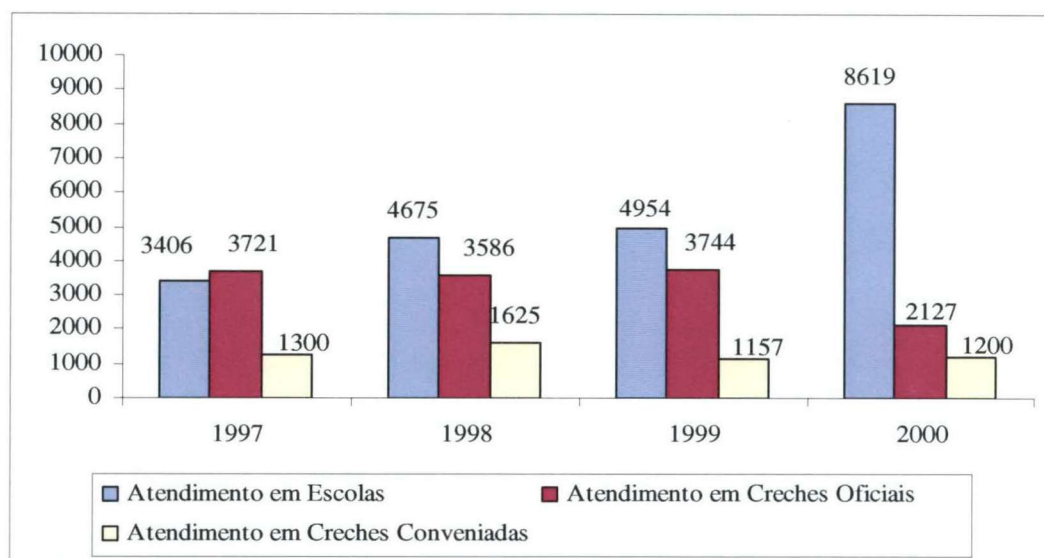
ELABORAÇÃO: IPPUC - Setor Socioeconômico - 2001

NOTA: (1) Foram consideradas 10.698 crianças das escolas da rede municipal, consideradas pelo INEP como integrantes do ensino fundamental.

(2) Estão incluídas como rede particular, conforme definição do Censo Escolar, 9.647 crianças das creches comunitárias.

Assim como demonstrado na Tabela 2.3, Curitiba apresenta o maior número de creches como responsabilidade do município e em seguida as creches particulares representam uma grande proporção do atendimento infantil.

GRÁFICO 2.4 – EVOLUÇÃO DO N° DE MATRÍCULAS NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – CURITIBA – 1997-2000



FONTE: Secretaria Municipal da Educação – 2000

ELABORAÇÃO: IPPUC Setor Socioeconômico – 2002

O gráfico 2.4 demonstra a eficiência dos programas de incentivo ao ensino infantil. Vê-se uma elevação de 17,5% no último ano apresentado e é visível um aumento, significativo, na atuação de escolas no atendimento infantil. Os números aumentam de um total de 8.427 matrículas, em 1997, para 11.946 em 2000.

2.2.2 Atuação de Curitiba no Ensino Fundamental

O ensino fundamental, período entre a primeira série e a oitava, deveria ser hoje o que mais recebe atenção. Neste período é que os alunos são devidamente alfabetizados e recebem maior incentivo para continuar os estudos.

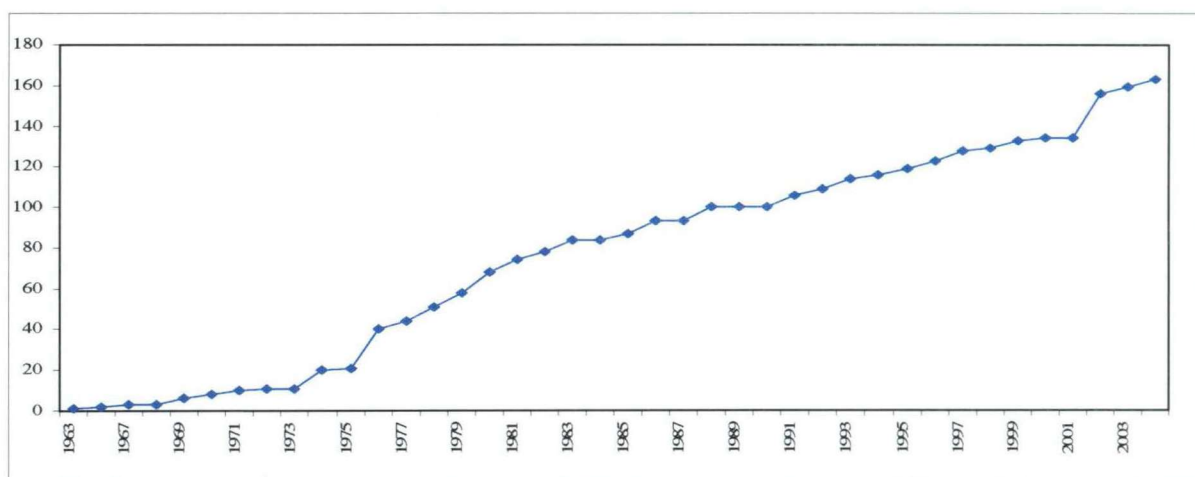
Apesar de algumas melhorias nos indicadores educacionais, ainda é muito grande a distância que separa o Brasil dos países desenvolvidos. Uma pesquisa feita pela Organização

Econômica para a Cooperação e o Desenvolvimento (OECD) em 1995/1996 demonstra que a taxa média de escolarização líquida, na faixa de 5 a 14 anos, no grupo das 27 nações mais industrializadas do mundo foi de 97,1% enquanto no Brasil essa taxa é de 92,5% . (IPPUC, 2003, p.22)

O ensino fundamental é de responsabilidade não só municipal, mas também estadual e federal. Ao longo dos anos, a rede de ensino municipal tem recebido um maior número de alunos, decorrentes provavelmente do ensino privado, o que torna necessária a criação de uma infra-estrutura adequada para o preenchimento destas vagas.

O gráfico 2.5 representa a evolução no número de escolas municipais ao longo das últimas quatro décadas.

GRÁFICO 2.5 – NÚMERO DE ESCOLAS MUNICIPAIS, CURITIBA, 1963 - 2004



FONTE: ELABORAÇÃO: IPPUC/Banco de Dados.

ELABORAÇÃO: IPPUC/Banco de Dados.

O mais preocupante no ensino fundamental é a distorção idade-série apresentada nas séries correspondentes. Isto ocorre devido às altas taxas de reprovação existentes nas escolas. Uma outra preocupação é o alto índice de abandono nesta época do estudo, sendo ele interrompido antes do ensino médio.

No Paraná e em Curitiba, no ano de 2000, o número de alunos atendidos no ensino fundamental extrapolava o número de habitantes na idade correspondente à série, indicando um elevado índice da taxa distorção idade-série. Pode-se ainda

considerar o acolhimento de estudantes vindos dos municípios vizinhos, o que demonstra, também, a capacidade de infra-estrutura da rede municipal, a qual comporta um número maior de estudantes do que o previsto.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000 houve redução nestas taxas, principalmente nos primeiros quatro anos do Ensino Fundamental. Isso se deve basicamente ao novo modelo pedagógico de ciclos de aprendizagem, que se resume à “progressão contínua dos alunos, sem reprovação e aceleração de aprendizagem com recuperação do aluno em distorção”(IPPUC, 2003). Este novo sistema definido pela LDB não permite a reprovação dos alunos na primeira e na 3ª séries, e complementarmente, são proporcionadas aulas extras para o avanço dos alunos reprovados.

A tabela 2.4 apresenta as taxas de distorção do Brasil, Região Sul e Paraná. É perceptível o aumento sistemático dos números de acordo com a evolução das séries. Os maiores aumentos são da 1ª para a 2ª série e da 5ª para a 6ª. É interessante reparar também que em todos os âmbitos os números da 5ª série para a 6ª série caem e voltam a subir para a 8ª série, demonstrando e um fato curioso nesta evolução.

TABELA 2.4 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL, REGIÃO SUL E PARANÁ – 1996 – 2000

		séries								
	Ano	Total	1	2	3	4	5	6	7	8
Brasil	1996	47,00	40,00	44,10	46,40	46,60	55,60	53,20	49,20	-
	1998	46,60	38,20	44,00	44,50	45,70	54,30	52,50	52,00	50,60
	2000	41,40	18,40	26,20	34,40	40,20	55,20	54,70	56,30	54,10
		séries								
	Ano	Total	1	2	3	4	5	6	7	8
Região Sul	1996	27,20	12,00	20,00	23,80	26,70	38,20	38,10	34,70	-
	1998	25,80	10,50	17,60	21,40	24,00	35,80	33,10	32,20	37,70
	2000	23,50	9,40	14,70	18,90	21,80	31,90	31,90	30,70	31,60
		séries								
	Ano	Total	1	2	3	4	5	6	7	8
Paraná	1996	31,70	13,40	23,00	27,60	29,70	45,50	45,90	42,00	-
	1998	28,40	10,40	20,20	24,10	26,20	40,70	31,70	31,50	46,50
	2000	20,40	6,40	13,30	17,50	20,20	30,20	27,60	23,90	27,10

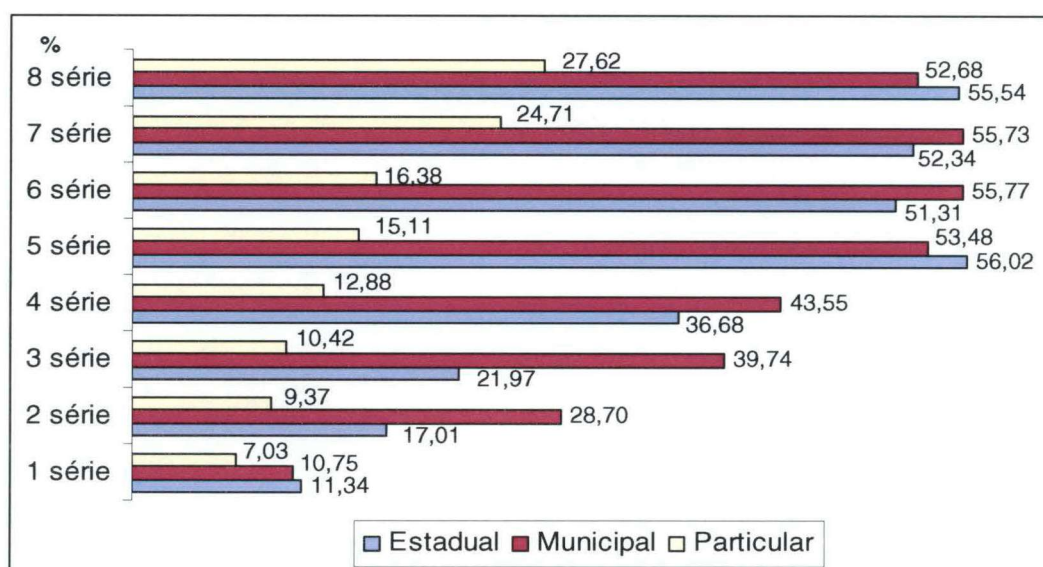
FONTE: MEC/INEP – 2001

ELABORAÇÃO: IPPUC – Setor de Monitoração – 2003

Em Curitiba, esta taxa era de 39,89% em 1991, diminuindo praticamente 24 pontos percentuais em 10 anos, apresentando-se em 15,7% em 2001⁵. Esta melhoria se deve ao fato das políticas de aceleração de aprendizagem e de ciclos mencionadas acima.

Já em 2000 esta taxa caiu em mais de 10 pontos percentuais. O gráfico 2.6 demonstra como se caracterizavam estas taxas da 1ª à 8ª séries incluindo os ensinos municipais, estaduais e particulares do ensino fundamental.

GRÁFICO 2.6 – TAXAS DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO FUNDAMENTAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA EM CURITIBA – 2000



FONTE: IPPUC

Pode-se perceber um grande salto à medida que as séries aumentam. Uma das razões do abandono certamente é a necessidade dos alunos ajudarem os pais na renda familiar e, assim, abandonam os estudos para trabalhar.

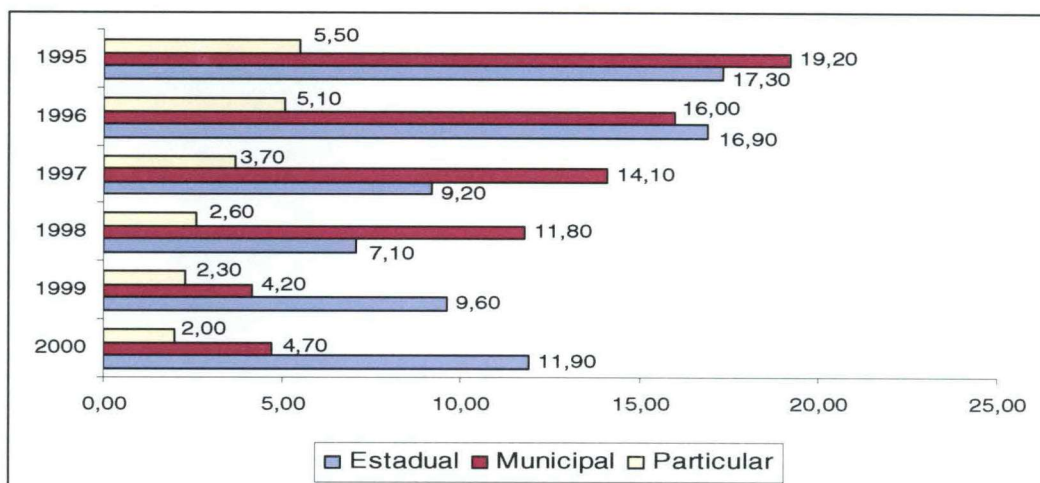
O principal problema apresentado em Curitiba é o fato das taxas de reprovação⁶ serem muito elevadas. O gráfico 2.7 apresenta as taxas de reprovação no ensino

⁵ Ver Qualidade de Vida de Curitiba, IPPUC, 2001.

⁶ É a retenção do aluno em uma série por não ter preenchido os requisitos mínimos de aproveitamento ou frequência previstos na legislação

fundamental, por dependência administrativa. Pode-se perceber que a rede municipal apresentava valores muito elevados até 1998, tendo uma queda em 1999.

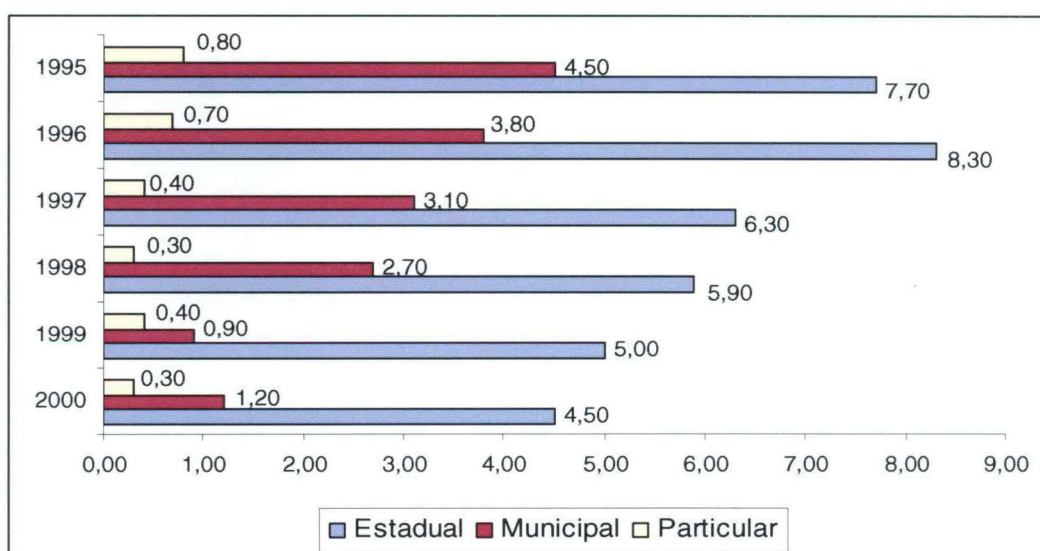
GRÁFICO 2.7 – TAXAS DE REPROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, EM CURITIBA – 1995 – 2000



FONTE: IPPUC

O segundo maior problema enfrentado pelas redes de ensino são as taxas de abandono, mas elas vêm se superando a cada ano. O gráfico abaixo demonstra a evolução destes números no ensino fundamental em Curitiba de 1995 a 2000.

GRÁFICO 2.8 – TAXAS DE ABANDONO NO ENSINO FUNDAMENTAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – EM CURITIBA – 1995 – 2000



FONTE: IPPUC

A rede estadual é a que apresenta a maior taxa de abandono seguida pela municipal. Entretanto, a queda dos números é constante ao longo dos 5 anos, sendo a do município na ordem de 73% a do estado de 41,5%.

De forma geral pode-se observar uma melhoria em todos os indicadores educacionais. Esta mudança pode ser explicada em função dos projetos como Alfa, que no ano de 2000 atendeu 72.933 alunos da Rede Municipal. Este projeto foi implantado em 98, com o objetivo de diminuir os índices de retenção na 1º e 2º série. Os Projetos Inovar e Intervir – revisão dos Sistemas de Avaliação da Aprendizagem e de Aceleração de Estudos – desencadearam revisões de posturas e ações docentes em vários aspectos da dinâmica escolar na rede Municipal, visando à melhoria da qualidade de ensino. Contribuíram, desta forma, para a modificação da cultura pedagógica até então existente, culminando com a implantação do ensino em ciclos que representou uma alternativa ao fortalecimento da ação educativa. (IPPUC 2003, p.28)

Finalizando este capítulo, e tendo apresentado vários fatores representativos da educação como se refere a citação acima, houve grande melhoria nos indicadores ao longo dos anos. Políticas foram criadas com a intenção de melhorar o rendimento escolar e foram eficientes como comprovaram os números. Apesar disso, ainda alguns bairros de Curitiba, apesar de terem tido também um avanço nos indicadores não indicam uma melhoria tão eficaz.

A parte seguinte deste trabalho vem exemplificar esta afirmação, demonstrado a evolução destas taxas em alguns dos bairros mais pobres e localizados na periferia do município. A intenção é saber se estes bairros, com especificidades diferentes dos mais centrais são completamente atingidos pelas políticas educacionais implementadas, demonstrando melhoria dos indicadores.

Como se refere uma parte do relatório do IPPUC:

Muitos outros fatores interferem diretamente no desempenho da área de educação, podendo ser considerados significativos os aspectos relacionados à saúde e à habitação. O que se confirma pela observação de que nessas áreas um número significativo de bairros pertencentes a esta faixa apresentou baixos índices de satisfação em indicadores que estão associados a fatores ambientais, de saúde e habitabilidade. (IPPUC, 2001)

O Brasil, como um país em desenvolvimento, apresenta realidades de sobrevivência populacional muito divergentes. A concentração de renda é cada vez

maior, e junto com ela os instrumentos sociais estão cada vez mais degradados. Como afirma um documento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:

Qualquer reflexão que se faça hoje da sociedade brasileira mostra seu perfil complexo, dinâmico e desigual. De um lado uma economia moderna, com grande potencial produtivo. De outro, um grande contingente humano convivendo com padrões intoleráveis de pobreza, excluindo benefícios sociais, assim como dos serviços proporcionados pelas instituições governamentais. O processo de globalização, com suas oportunidades e incertezas, encontra um país com grandes dificuldades que expressam um herança histórica de autoritarismo e exclusão social. Como consequência, setores que antes eram incluídos foram banidos e marginalizados por transformações sociais, econômicas e políticas, ou passam pelo que se chama inclusão limitada, pela qual a aquisição de emprego e renda e benefícios decorrentes do avanço econômico são proporcionados a segmentos restritos da sociedade. (Rio de Janeiro, 2003, p.19)

Os bairros escolhidos para serem analisados seguem este perfil e apresentam grande peso para o desenvolvimento da cidade de Curitiba, pois o crescimento da cidade está acontecendo principalmente nesta região como provarão os dados do próximo capítulo. O motivo para que se desmembre estes índices para microrregiões (aqui caracterizadas pelos bairros) é dado, pois os que se destacam nos indicadores elevam a média muito para cima, enquanto os mais pobres são totalmente excluídos e apresentam indicadores extremamente baixos. Só analisando indicadores de perto, no detalhe, é que se consegue planejar e projetar políticas que condigam com a realidade e que efetivamente supram estas lacunas sociais.

Nesta próxima etapa do trabalho serão somente apresentadas as características gerais dos bairros do Tatuquara e do Sítio Cercado, e em seguida a evolução dos seus indicadores educacionais. Não se tem como objetivo avaliar os motivos e nem levantar possíveis ações de melhoria para os resultados encontrados, isto será tema para um próximo trabalho.

3. DEMONSTRAÇÃO DOS INDICADORES EDUCACIONAIS DOS BAIRROS TATUQUARA E SÍTIO CERCADO

O método de escolha dos bairros foi em primeiro plano a renda. Foi determinado que seriam escolhidos dois dos bairros com valor de rendimento nominal mediano mensal, das pessoas com rendimento abaixo de 3 salários mínimos, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes. Este parâmetro foi escolhido por ser um corte adotado pelo governo para a elaboração e implantação de políticas públicas.

O Tatuquara foi o primeiro bairro escolhido, por ser um local de características muito claras de subdesenvolvimento como áreas de invasão, pobreza e miséria. Ele faz parte da Administração Regional do Pinheirinho com mais três bairros (Pinheirinho, Cidade Industrial e Capão Raso). Prefeitura

Com maior área de 8,61 km², o Tatuquara está na região sudoeste, a 19 quilômetros entre os bairros Campo de Santana e Umbará, ao sul, Sítio Cercado e Pinheirinho, ao leste, Cidade Industrial de Curitiba (CIC), ao norte e fazendo a divisa de Curitiba com o município de Araucária, a oeste. A Terra Santa, uma das áreas mais miseráveis e violentas da cidade, está localizada neste bairro.

Como sugestão da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba – SME o segundo bairro escolhido foi o Sítio Cercado, devido à proximidade geográfica e semelhança das características do Tatuquara.

Com área de 11,78 km², o Sítio Cercado está na região sul entre os bairros Umbará e Ganchinho, ao sul, Alto Boqueirão, ao leste, Xaxim, ao norte, e Pinheirinho e Tatuquara, a oeste. Este bairro, ao contrário do Tatuquara, faz parte da Regional do Bairro Novo (Campo de Santana, Caximba, Ganchinho, Umbará e Sítio Cercado) e tem e seu primeiro loteamento foi construído em 1952, 13 anos antes do primeiro loteamento do Tatuquara.

Desta forma será apresentada a evolução das características gerais de cada um dos bairros, como a população por faixa etária e a renda. Em seguida serão demonstradas as taxas de rendimento alcançadas pelos bairros e a evolução da rede

física nos respectivos bairros, para isso serão utilizados os dados levantados nos censos de 1991, 1996 e 2000.

3.1 POPULAÇÃO

É interessante descrever o crescimento populacional, pois trata-se de bairros que acolhem pessoas vindas pelo fluxo migratório que se instalam nas regiões periféricas. Apesar de apresentarem características que possibilitem o acolhimento destas famílias, como um custo de vida mais baixo, não possuem infra-estrutura básica para garantir alguma qualidade de vida.

A tabela 3.1 demonstra a evolução populacional do Tatuquara e do Sítio Cercado em comparação com a de Curitiba.

TABELA 3.1 – POPULAÇÃO TOTAL DE CURITIBA, TATUQUARA E SÍTIO CERCADO E AS REPRESENTATIVIDADES DOS BAIRROS – 1991 – 1996 - 2000

Ano/ Censo	População Total			% em Relação à população total de Curitiba	
	Curitiba	Tatuquara	Sítio Cercado	Tatuquara	Sítio Cercado
1991	1.315.035	8.168	52.498	0,62	3,99
1996	1.476.253	19.469	89.034	1,32	6,03
2000	1.587.315	36.339	102.410	2,29	6,45

FONTE: IPPUC, IBGE

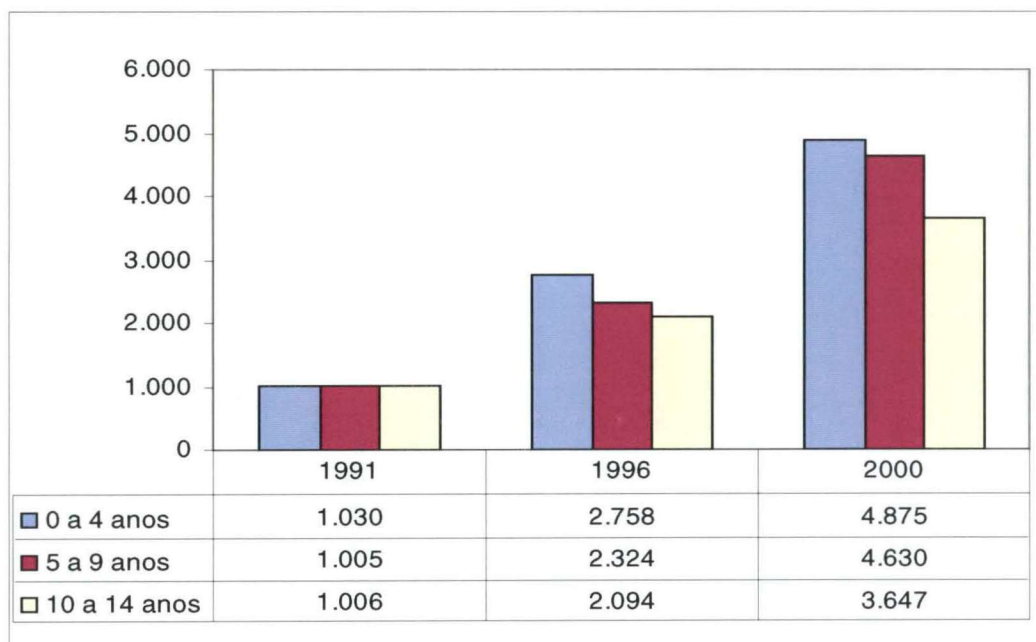
Elaboração do Autor

Pode-se notar que enquanto a população da capital cresceu 10% de 1991 para 1996, a população dos bairros do Tatuquara e do Sítio Cercado cresceram 58% e 41%, respectivamente. Já de 1996 para 2000 o crescimento continuou, mas agora a taxas decrescentes sendo que o Sítio Cercado teve, proporcionalmente o menor crescimento, de 13%. O Tatuquara, neste mesmo período teve crescimento ainda muito alto, de 48% e Curitiba de 7%.

Neste contexto é válido comentar que a representatividade populacional dos bairros com relação à cidade foi significativa, superando o seu crescimento demográfico. A representatividade do Tatuquara aumentou ao longo dos nove anos

em 78% enquanto a do Sítio Cercado, em 38%. Tendo como base que este aumento significa nada menos do que 28,67% do crescimento total da cidade não se poderia deixar de lado a atenção especial à infra-estrutura da educação nestes bairros. Como fator de curiosidade, a Cidade Industrial de Curitiba – CIC (também localizada na região sul) significou, neste mesmo período 15,22% do crescimento total de Curitiba. Somados estes números, os três bairros concentraram 43,9% do crescimento demográfico do município. A CIC não foi escolhida para a análise, pois o rendimento nominal mediano mensal, das pessoas com rendimento, apresenta-se acima dos 3 salários mínimos e foge do foco de análise escolhida para este trabalho.

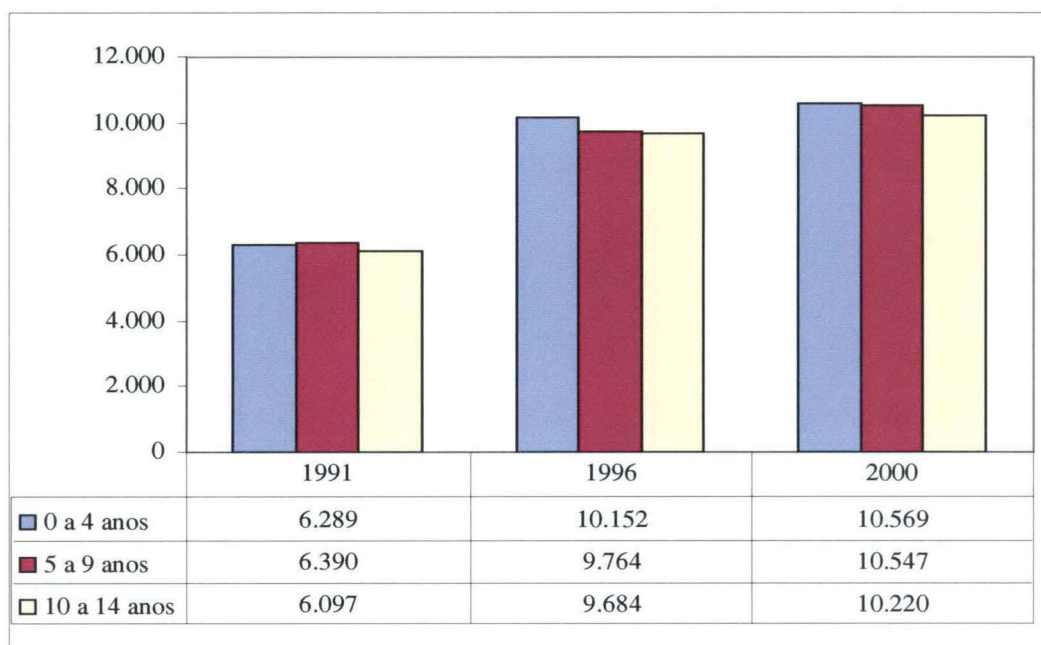
GRÁFICO 3.1 – POPULAÇÃO DE 0 A 14 ANOS DO TATUQUARA – 1991 – 1996 - 2000



FONTE: IPPUC

Elaboração do Autor

GRÁFICO 3.2 – POPULAÇÃO DE 0 A 14 ANOS DO SÍTIO CERCADO – 1991 – 1996 - 2000



FONTE: IPPUC

Elaboração do Autor

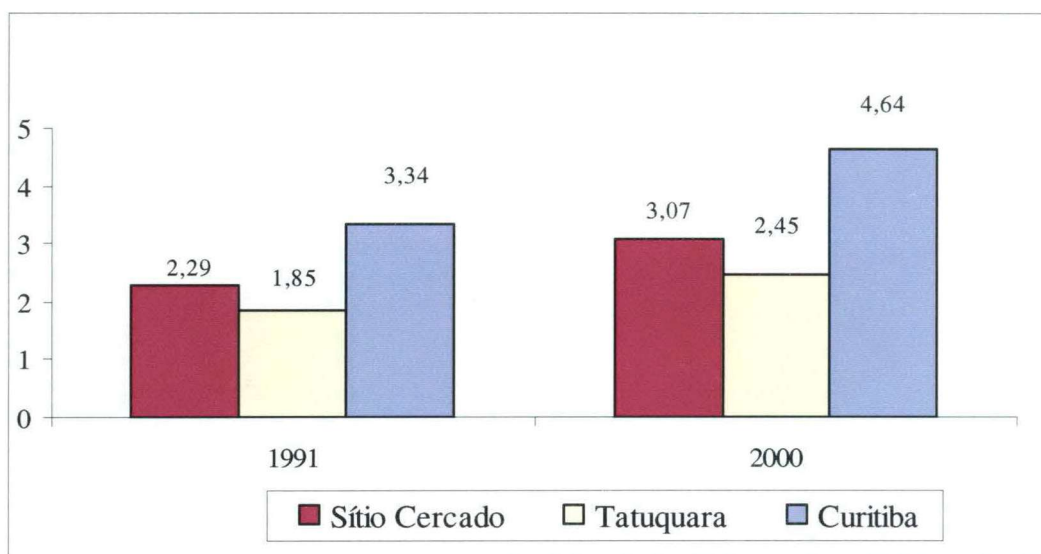
Entrando no contexto educacional, que é a base da discussão deste trabalho, os gráficos 3.1 e 3.2 demonstram a variação do número de pessoas, na faixa etária de 0 a 14 anos de idade nos bairros Tatuquara e Sítio Cercado. Esta faixa é demonstrada, pois é a faixa que compreende a população com idade adequada para frequentar a pré-escola e o ensino fundamental. Comparando estes gráficos ao 3.1 que apresentava a população total, pode-se perceber que crianças em idade escolar representam 36,2% da população total do Tatuquara e 30,6% no Sítio Cercado no ano de 2000.

É importante ressaltar que esta faixa etária teve um crescimento entre os anos de 1991 e 2000 com 23,5%, no Tatuquara e 59,9% no Sítio Cercado. Esta percepção do crescimento populacional é importante dado que o investimento em educação para esta faixa etária implicará em uma população adulta mais qualificada e capaz de exercer com mais consciência sua cidadania.

3.2 RENDA

Além de apresentar uma explosão demográfica muito grande, os dois bairros analisados assemelham-se pela baixa renda mediana dos chefes de domicílio em comparação com outros 73 bairros da capital. O gráfico 3.3 relaciona a evolução de 1991 a 2000 do Tatuquara, Sítio Cercado e de Curitiba.

GRÁFICO 3.3 – COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DE RENDA DE CURITIBA, TATUQUARA E SÍTIO CERCADO – 1991 – 2000 (em salários mínimos)



FONTE: IPPUC

Elaboração do Autor

Apesar de ter havido aumento nas rendas dos dois bairros os números ainda são extremamente baixos. Curitiba tem 20 bairros com renda mediana inferior a 3,5 salários mínimos. O Sítio Cercado, como demonstrado no gráfico, tem a renda mediana de 3,07 salários mínimos e o Tatuquara, com 2,45, não significando um aumento de nem 1 salário mínimo ao longo dos nove anos analisados. Por sua vez, Curitiba teve sua renda mediana passando de 3,34 salários mínimos para 4,64 neste mesmo período.

Vale citar que apenas dois bairros têm renda inferior ao Tatuquara, são eles: Riviera e São Miguel, dois dos bairros mais novos da cidade.

3.3 REDE FÍSICA

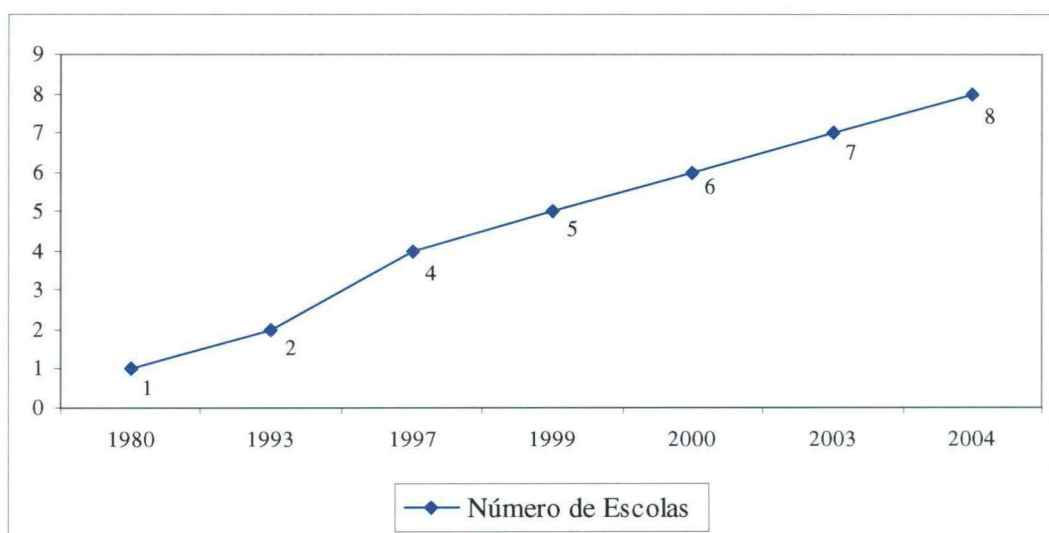
Seguindo para a análise dos fatores ligados à educação será apresentada a evolução dos números dos instrumentos da rede física. São quatro tipos de lugares que a Secretaria Municipal da Educação utiliza e se refere como locais ligados ao sistema educacional, são eles: as escolas, os centros municipais de educação infantil (CMEI), os espaços de contraturno socioambientais (ECOS) e os faróis do saber.

As escolas municipais oferecem o ensino pré-escolar e o ensino fundamental é o local de educação formal instaladas nos bairros. Já os CMEIS, são os lugares onde funcionam os berçários, maternais e jardins de infância. Os espaços de contraturno socioambientais são os locais utilizados para programas da prefeitura para atividades extracurriculares, como esportes, por exemplo. E já os faróis do saber são bibliotecas onde funcionam também computadores com Internet e que possibilitam à população terem acesso a livros e à tecnologia.

Os próximos itens apresentam a evolução dos números destas instalações nos bairros do Tatuquara e do Sítio Cercado.

3.3.1 Escolas

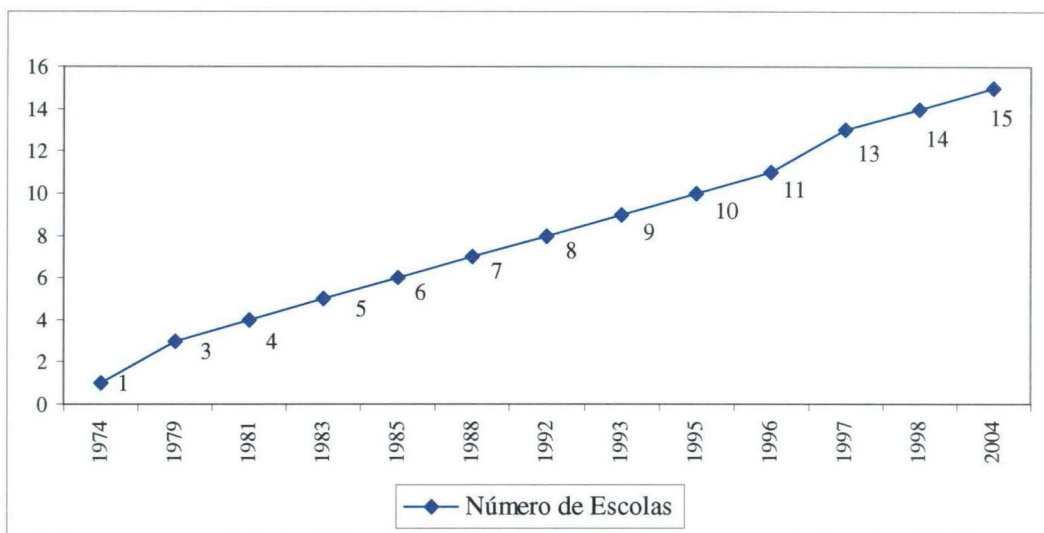
GRÁFICO 3.4 – NÚMERO DE ESCOLAS NO BAIRRO DO TATUQUARA – 1980 - 2004



FONTE: Secretaria Municipal de Educação de Curitiba

Elaboração do Autor

GRÁFICO 3.5 - NÚMERO DE ESCOLAS NO BAIRRO DO SÍTIO CERCADO – 1974 - 2004



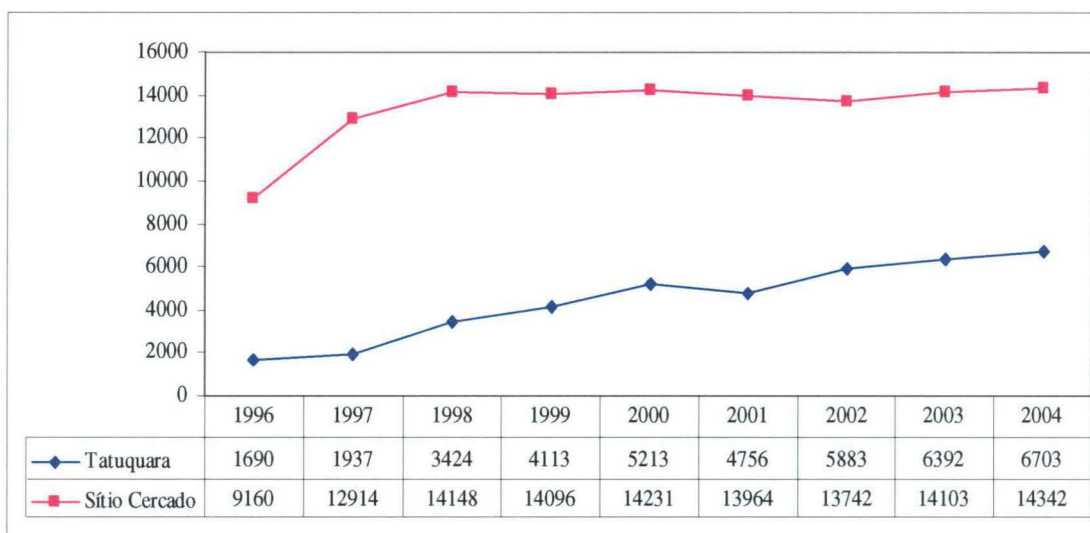
FONTE: Secretaria Municipal de Educação de Curitiba

Elaboração do Autor

Como o Tatuquara é um bairro mais novo do que o Sítio Cercado, a instalação de escolas se deu seis anos mais tarde. Mesmo assim, a diferença hoje é de 7 escolas e isso se justifica pela diferença de número de habitantes de cada região. O Sítio Cercado apresenta um número aproximadamente duas vezes maior de pessoas, nesta idade de estudo, do que o Tatuquara o que condiz com o maior número de escolas.

Abaixo está representada a evolução do número de matrículas realizadas entre 1996 e 2004 nas Escolas Municipais. Logo em seguida, nesta mesma seqüência estão relacionados os números de Centros Municipais de Ensino Infantil e suas respectivas matrículas.

GRÁFICO 3.6 –NÚMERO DE MATRÍCULAS – TATUQUARA, SÍTIO CERCADO – 1996 - 2004



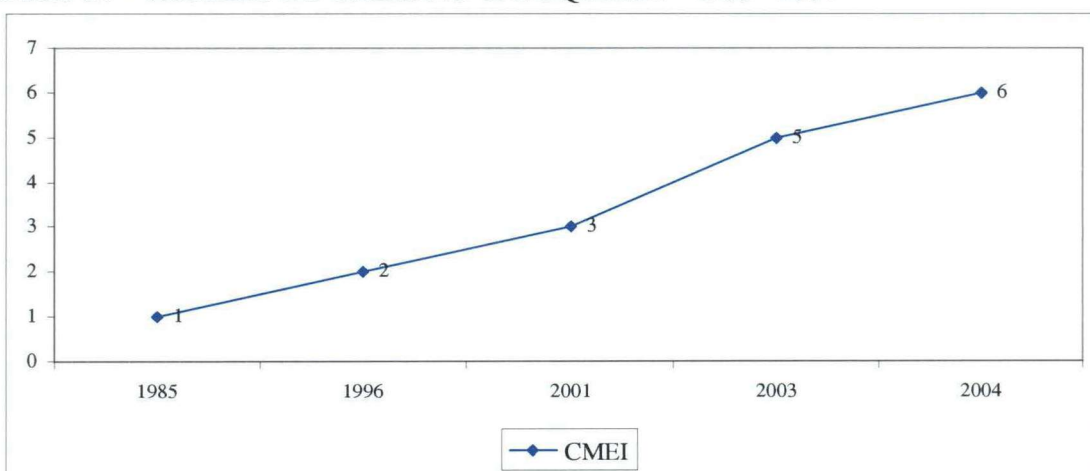
FONTE: Secretaria Municipal de educação de Curitiba

Elaboração do Autor

O gráfico 3.6 apresenta a evolução do número de matrículas, sendo que os dois apresentam uma queda de 2000 para 2001 e depois voltam a recuperar os números. Assim como a população cresceu neste período, basta saber se o número de vagas ofertadas foi o suficiente para suprir a demanda.⁷

3.3.2 CMEI - Centros Municipais de Educação Infantil

GRÁFICO 3.7 – NÚMERO DE CMEIS NO TATUQUARA – 1985 - 2004

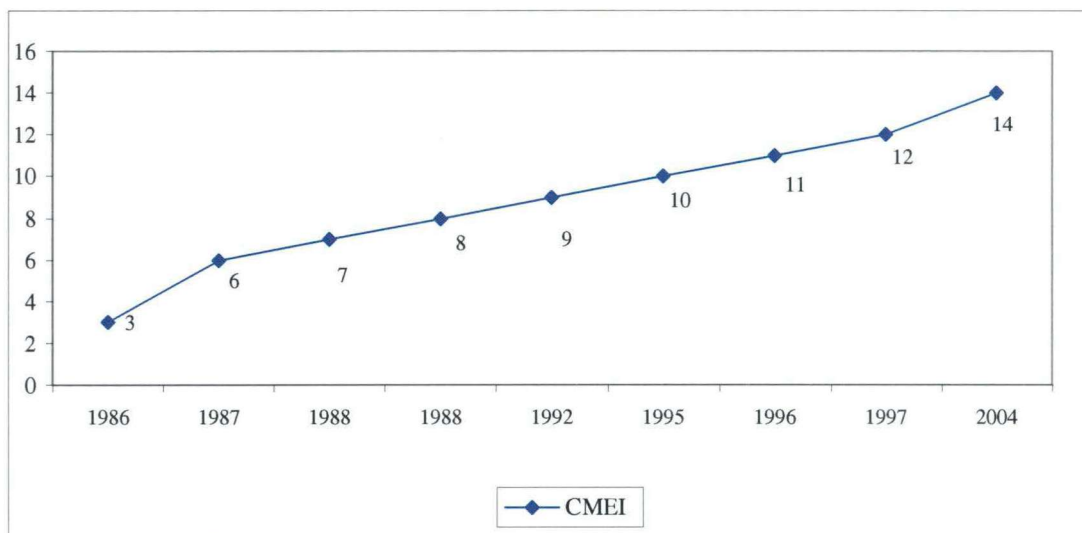


FONTE: Secretaria Municipal de Educação de Curitiba

Elaboração do Autor

⁷ Segundo informações não oficiais da SME não existe falta de vagas nas escolas, mas não foram disponibilizados formalmente estes dados.

GRÁFICO 3.8 – NÚMERO DE CMEIS NO SÍTIO CERCADO – 1986 - 2004

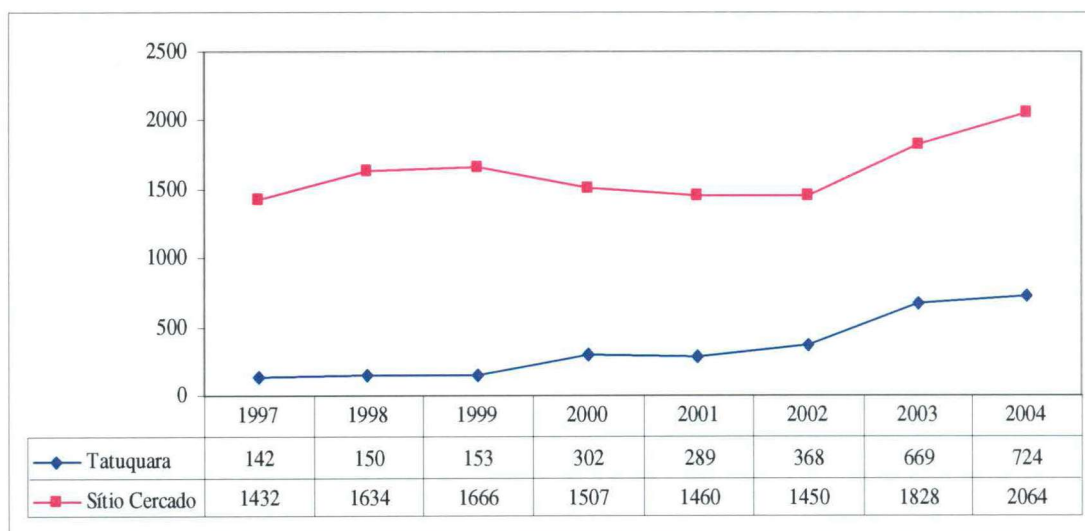


FONTE: Secretaria Municipal de educação de Curitiba

Elaboração do Autor

Assim como o número de escolas as CMEIS cresceram em quantidade nos últimos anos, hoje têm praticamente o mesmo número de estabelecimentos que as escolas municipais. É interessante notar que a divisão populacional, apresentada no início do capítulo, mostra que o número de habitantes com idade de 0 a 4, de 5 a 9 e de 10 a 14 são muito próximos.

GRÁFICO 3.9 - NÚMERO DE MATRÍCULAS – TATUQUARA, SÍTIO CERCADO – 1996 - 2004



FONTE: Secretaria Municipal de educação de Curitiba

Elaboração do Autor

As mesmas características demonstradas e mencionadas da evolução do número de matrículas nas escolas municipais acontecem nos centros. Em 2000 houve uma queda na demanda por vagas, voltando a crescer e restabelecer aumento nos anos seguintes.

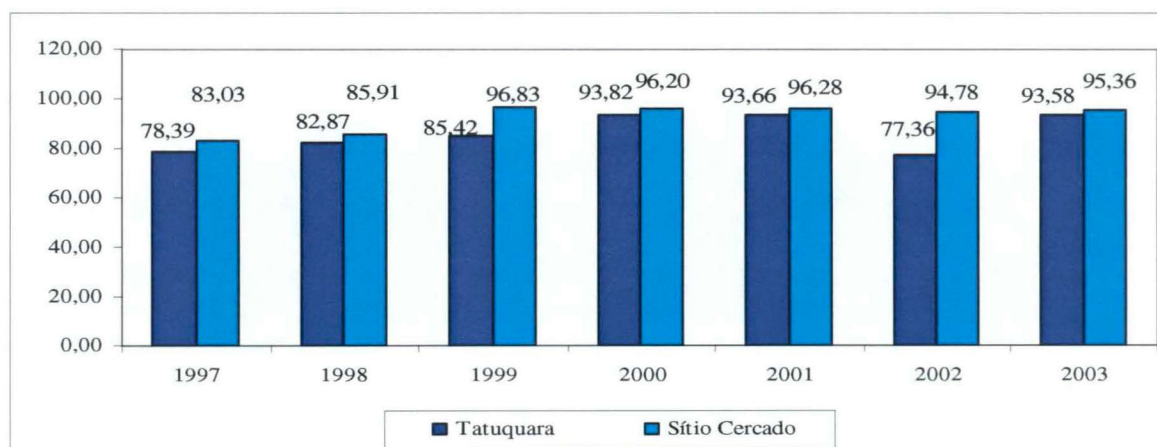
3.4 TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR

A taxa de rendimento escolar é calculada pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME) e tem como base as taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono das escolas públicas.

Estas taxas são calculadas por bairro considerando que a maior parte das crianças e adolescentes não se deslocam, em sua maioria para bairros vizinhos para estudar. Abaixo estão relacionadas separadamente cada uma destas taxas, comparando os bairros Tatuquara e Sítio Cercado. Segundo a SME estes bairros não apresentam mudanças nos fluxos dos alunos, sendo que todos eles estudam no bairro onde residem.

Em primeiro lugar será analisada a taxa de aprovação que é a relação entre o número de alunos aprovados na escola durante o ano letivo e a matrícula total efetuada no mesmo período. Deve ser entendida como a continuidade dos anos escolares na seqüência normal das atividades.

GRÁFICO 3.10 – TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR - APROVAÇÃO



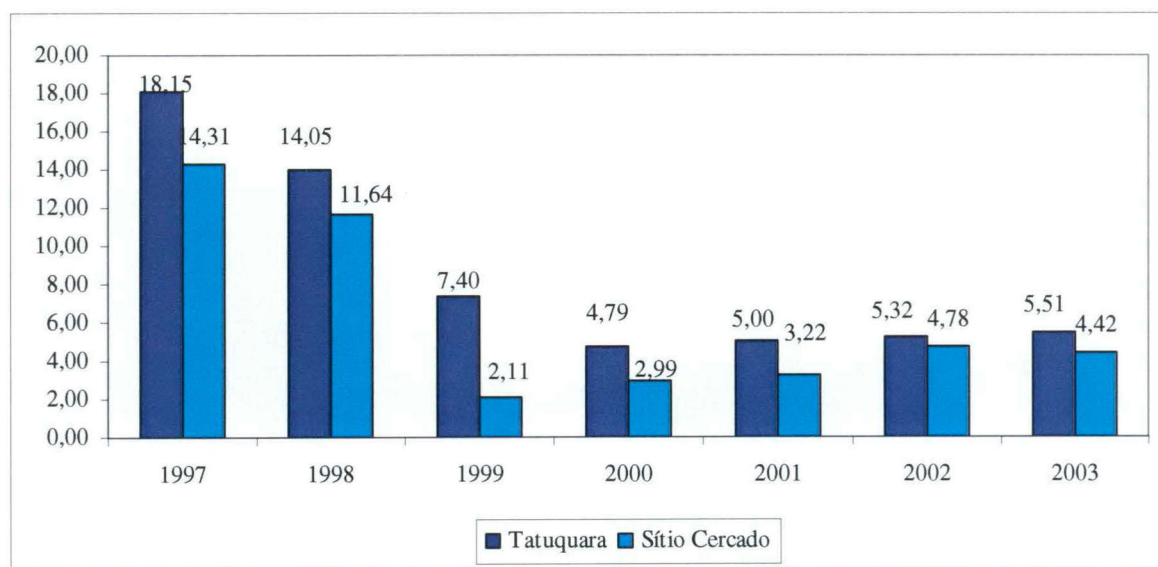
FONTE: Secretaria Municipal de Educação de Curitiba

Elaboração do Autor

As taxas de aprovação sofrem um pequeno aumento entre 1997 e 2000, mas voltam a apresentar pequenas quedas nos anos seguintes. Um dos prováveis motivos foi a implantação dos ciclos de aprendizagem onde os alunos não são mais reprovados nos primeiros anos do ensino fundamental. Para uma apresentação de números, estes resultados podem até ser considerados bons, mas mesmo que a qualidade do ensino não seja levada em consideração nesta monografia, para uma análise mais profunda e avaliação desta política deve ser criada uma nova maneira de se estimar a eficiência deste programa sem a reprovação destes alunos. Como o aumento da aprovação acaba sendo óbvia por imposição dos ciclos, resta saber se o aprendizado é efetivo.

Em seguida a taxa de reprovação é a relação entre o número de alunos reprovados durante o ano letivo e a matrícula total efetuada no mesmo período. Deve ser entendida como a retenção do aluno numa serie, por não ter preenchido os requisitos mínimos de aproveitamento ou frequência, previstos na legislação.

GRÁFICO 3.11 – TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR – REPROVAÇÃO - TATUQUARA, SÍTIO CERCADO – 1997 - 2003



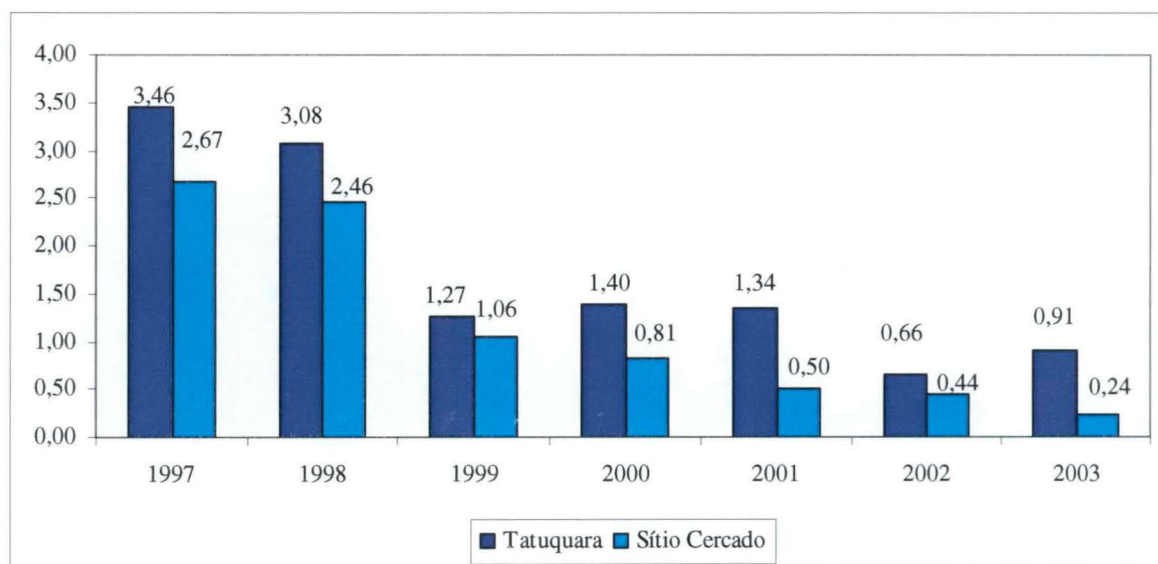
FONTE: Secretaria Municipal de Educação de Curitiba

Elaboração do Autor

Assim como o taxa de aprovação as variações das taxas de reprovação apresentam as mesmas características. Até 2000 elas decrescem vertiginosamente, mas a partir de então voltam a subir a taxas pequenas.

Já a taxa de abandono é a relação entre o número de alunos que abandonaram a escola durante o ano letivo e a matrícula total efetuada no mesmo período. Deve ser entendida como a desistência das atividades escolares por parte do aluno durante o ano letivo pelo não preenchimento mínimo da frequência no período, previsto pela legislação.

GRÁFICO 3.12 – TAXA DE RENDIMENTO ESCOLAR – ABANDONO – TATUQUARA, SÍTIO CERCADO – 1997 - 2003



FONTE: Secretaria Municipal de Educação de Curitiba

Elaboração do Autor

Esta última taxa apresentada é a mais linear, pois continua decrescendo depois de 2000, ao contrário das apresentadas anteriormente. É interessante ressaltar que a taxa de abandono é a mais importante das três taxas que compõem a taxa de rendimento, pois além de não voltar a aumentar depois de 2000 ela representa maior número de anos de escolaridade da população.

É visível em todos os gráficos melhores dados no Sítio Cercado do que no Tatuquara, seja ele de maior aprovação, menor reprovação ou menor abandono.

Mesmo assim as diferenças não são tão enfáticas levando em consideração a atenção que deve ser dada aos dois bairros, devido à importância com relação ao crescimento populacional já tão discutido no início deste capítulo.

Comparando com a evolução apresentada por Curitiba no capítulo anterior, nota-se que o Tatuquara, entre 1997 e 2000 (período disponível das taxas de abandono e reprovação da capital) teve sempre taxas inferiores às da capital. Mesmo com a melhoria com o passar dos anos dos indicadores este bairro não conseguiu superar à média da cidade, apesar da diferença ter diminuído com o passar do tempo de 4 pontos percentuais para apenas 0,09 na reprovação e de 0,36 para 0,2 na taxa de abandono.

Ao mesmo tempo, o Sítio Cercado esteve, em média, com taxas superiores às de Curitiba. Somente em 1997 sua taxa de reprovação era de 14,31 e a da cidade era 14,10 e em 1999 sua taxa de abandono era de 1,06 e 0,9 era a da capital. Para os outros anos estas taxas referentes ao ensino mantiveram-se acima da média da cidade.

Com esta primeira análise é interessante perceber que apesar dos dois bairros apresentarem características gerais semelhantes, seus rendimentos quanto ao ensino evoluem ao longo do período referente, mas impactam inversamente para a média total da cidade. O Sítio Cercado puxa a média para cima e o Tatuquara para baixo.

Como eles têm uma importância grande, pois são receptores de uma população vinda de outros bairros e municípios, e também do próprio aumento da taxa de natalidade, esta região sul da capital paranaense deve ser vista com grande importância para o crescimento homogêneo da cidade e de sua qualidade de vida. Para isto, é necessário que se tenham políticas direcionadas às especificidades locais para que se tenha infra-estrutura básica e de qualidade adequada para o acolhimento e crescimento desta população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentou o primeiro capítulo, este trabalho vem em defesa da educação como um fator essencial de desenvolvimento, como forma de justificar a apresentação e análise dos indicadores educacionais das regiões propostas.

Para que este trabalho sirva como instrumento de elaboração de políticas públicas os segundo e terceiro capítulos identificaram os principais indicadores levantados nos últimos censos e pesquisas sobre os resultados que vêm sendo apresentados pelo sistema de ensino.

Algumas identificações foram feitas durante o levantamento destes dados e que poderiam surgir como empecilho para a criação de programas efetivos. A primeira delas é a confiabilidade das taxas de rendimento dos bairros. Apesar da melhoria, caracterizada pelos bairros, a mudança do sistema pedagógico, agora em ciclos de aprendizagem (em que os alunos não são mais reprovados), faz com que as taxas de aprovação aumentem, e de reprovação caiam. Mas isto não significa que os alunos não estão reprovando por mérito da qualidade de ensino, ou por mérito próprio. Desta forma, não se pode caracterizar estes dados como válidos e de eficiência do ensino público.

Outro fator apresentado é de que os números fornecidos, tanto pelo IPPUC, quanto pela SME, são pesquisas realizadas somente nas escolas dos referidos bairros, mas não levando em conta as escolas particulares. Desta forma, não se pode afirmar, em primeiro lugar, a taxa de analfabetismo da população total do bairro, e tão menos da população que está estudando e mora nas regiões de análise.

É válido ressaltar a importância destes dois bairros frente à população total do município. Praticamente metade do crescimento populacional da cidade está ocorrendo na região sul, e para isso é necessário que se tenham dados apropriados para avaliação e formulação de políticas adequadas.

Outro ponto importante é de criação, paralela ao levantamento das escolas, de taxas educacionais da população do bairro para demonstrar também quais as características da população adulta que habita a região. Seria válido notar se, a

população que frequenta a escola continua residindo nos bairros depois de elevarem sua escolaridade, ou se existe um ciclo de pessoas ao longo dos anos. Apesar do IPPUC estabelecer alguns índices parciais com relação a estes valores, não se pode estabelecer um comparativo com os dados levantados pela Secretaria Municipal da Educação, pois as metodologias de cálculo usadas são diferentes.

Os elementos, como: o analfabetismo adulto; os dados das escolas particulares; os indicadores da população em idade escolar do bairro e não só das escolas municipais instaladas; e por fim a avaliação dos alunos que passam pelos ciclos de aprendizagem, devem seguir uma mesma metodologia de cálculo e avaliação e que se complemente independente da instituição que faça este levantamento. Só assim as políticas poderão ser eficientes, realizadas com eficácia e gerar resultados efetivos para a sociedade.

A tendência das regiões pobres a se tornarem mais pobres se torna evidente a partir do momento em que não se criam condições para que se concretize o progresso econômico. O círculo vicioso da pobreza ocorre como uma rede, onde todos os fatores convergem para a continuidade da falta de recursos. A partir de um ponto inicial que incentive o círculo vicioso positivamente, para a promoção de melhores condições de vida da população e com uma estrutura social adequada é possível que se dê o progresso econômico de regiões que tendem continuamente a serem subdesenvolvidas.

Desta forma, o ponto de partida e de foco deste trabalho é a estrutura educacional. Vale lembrar que o desenvolvimento econômico não se dá com a melhoria de um só fator e sim da melhoria conjunta dos fatores sociais, esta é apenas a sugestão de ponto de partida para o alcance de uma melhor qualidade de vida da população e do país.

REFERÊNCIAS

- COTTA, T. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). **Revista do Serviço Público**. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 89-111, out./dez. 2001.
- DOWBOR, L.; KILSZTAJN, S. (Org.) **Economia social no Brasil**. São Paulo: Senac, 2001.
- FERREIRA, A. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2 ed. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- HORN, R. **Relatório do Banco Mundial: Políticas Públicas para Educação**. Outubro, 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Qualidade de Vida em Curitiba**. Curitiba: 1996.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Qualidade de Vida em Curitiba**. Curitiba: 2001.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Qualidade de Vida em Curitiba**. Curitiba: 2003.
- JONES, C. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. 1 ed. reimp. Tradução por: Maria José Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- KLIKSBERG, B. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. 3 ed. Tradução por: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez Bernardo, 2002.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Contas. **Estudo Socioeconômico 2003:** Araruama. Rio de Janeiro, 2003.

SCATOLIN, F. **Capital Humano 3[1].ppt**. Curitiba, 26 setembro 2004. Arquivo (126.976 bytes). PowerPoint for Windows 2002.

SITES

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei9394.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2004.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Bairro em Números**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/curitiba/bairros/index.asp?noframe=sim>> Acesso em 29 out. 2004.

Diretor da Unesco dá sugestões para melhorar educação no Brasil. **Folha de São Paulo**. São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u16423.shtml>> Acesso em: 08 nov. 2004.

IBGE. **Pesquisa de Amostra de Domicílios 2002**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 13 mai. 2004.

Índice de Desenvolvimento Humano Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh>
Acesso em: 15 jul. 2004.

COLUMBE S., TREMBLAY J. e MARCHAND S. *Literacy scores, human capital and growth across 14 OECD*. Disponível em: <[http://www.econ.jhu.edu/courses/101/Counting%20Heads%20\(Economist%20083104\).pdf](http://www.econ.jhu.edu/courses/101/Counting%20Heads%20(Economist%20083104).pdf)> Acesso em 17 set. 2004.

Matrículas aumentam, mas falta qualidade à escola, diz Unesco. **Folha de São Paulo**. São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u16402.shtml>> Acesso em: 10 nov. 2004.

Metas do Milênio. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_2> Acesso em: 15 jul. 2004.

